

UFRRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

DISSERTAÇÃO

MAR DE CONFLITOS:
AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS
PESCADORES “ARTESANAIS”

PRISCILA BARRETO SAMPAIO

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**MAR DE CONFLITOS:
AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS
PESCADORES “ARTESANAIS”**

PRISCILA BARRETO SAMPAIO

Sob a Orientação do Professor

John Cunha Comerford

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção
do grau de **Mestre** no Curso de
Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Dezembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ pelo fornecimento da bolsa de estudos, fator fundamental para o desenvolvimento de pesquisas no País.

Agradeço e dedico esta dissertação a todos os pescadores e lideranças das organizações pesqueiras, que disponibilizaram o seu tempo para contar suas histórias e indignações, construindo junto com a pesquisadora um registro de suas “lutas”.

Ao meu orientador, agradeço a oportunidade de aprender a não levar minha “militância” cheia de pré-conceitos para o campo de pesquisa, mas ver, ouvir e sentir as relações onde existem pessoas “concretas” e não personagens que se encaixem na história desejada. Também agradeço a paciência e dedicação na leitura das minhas confusas versões e os comentários, críticas e sugestões precisas e esclarecedoras de um grande antropólogo.

A todos meus amigos, em especial Roberta Guimarães, Thais Lopes e Maria Beatriz. Aos companheiros de consultoria, em especial à Juliana Loureiro que me convidou para trabalhar neste ramo e sempre me incentivou a fazer o mestrado. A Paulo Mario e Ivan que garantiram a continuidade de meus trabalhos, depositando grande confiança em mim e me apoiando para a realização desta dissertação. E aos amigos de “labuta”: Rachel Platenik, Andréia Gama, Arlei Mazurec, Maria Alice, Rubens Toledo, Ana Claudia, Rosimere de Souza, Mariza Goulart, Bianca Mazurec e Bianca Brandão, aos quais agradeço a paciência nos últimos dias de escrita desta dissertação e o prazer da convivência na vida tumultuada de consultor. À Luisa Pitanga, grande pesquisadora, que trabalhou também na classificação e análise dos discursos das lideranças utilizadas nesta dissertação.

Aos meus pais, à Graça, Alfredo, Lara, e aos pequenos Lucas e Bernardo, pelo sentimento constante de afeto e segurança fundamental de uma família.

Ao meu grande amor Ibirapuan Puertas, a quem devo a finalização desta dissertação, não só pela sua criteriosa revisão, mas, principalmente, pela sua insistência em acreditar e investir em mim para ser uma pessoa melhor.

RESUMO

Para uma análise das organizações políticas é necessário reconhecer, além de suas dimensões institucionais, as condições sociais em que foram originadas, as diferentes motivações dos agentes envolvidos e os processos de construção de legitimidade e visibilidade destas na sociedade.

Nesta dissertação serão apresentadas as diferentes formas de organização dos pescadores “artesanais” de uma região do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo de Arraial do Cabo, contextualizando-as historicamente e no processo dinâmico das relações sociais, onde categorias como “artesanal” podem ser acionadas para a diferenciação ou identificação de grupos de acordo com contextos específicos de disputas.

As formas e conteúdos das ações das organizações pesqueiras “artesanais” não podem ser desassociadas de suas variadas interações entre si, e destas com os demais agentes sociais constitutivos de seu campo de atuação, como os órgãos estatais reguladores do setor pesqueiro – IBAMA e SEAP -, poderes públicos municipais e as empresas de pesca, de petróleo e turismo.

ABSTRACT

It is necessary to recognize for a politics organizations analysis, besides their institutional dimension, the social conditions in that they were originated, the different motivations of the involved agents and the processes of legitimacy, construction and visibility of these in their society.

In this dissertation the different forms of politic organization of the “artisanal” fishers of a Rio de Janeiro State region, Arraial do Cabo mostly, will be presented and historically insert in a context and in the dynamic process of the social relationships, where categories as "artisanal" fishers can be worked for the group’s differentiation or identification according specific contexts of disputes.

The forms and contents of the “artisanal” fishers organization’s cannot be disassociated of their varied interactions amongst themselves, and of these with the other constituent social agents of their actions’ field, as the state regulators organisms for the fishing activity - IBAMA and SEAP -, municipal public powers and fishing, petroleum and tourism enterprises.

Sumário

Introdução.....	01
------------------------	-----------

Capítulo 1 - Processo de formação do capital político das lideranças pesqueiras.....11

1.1 - Histórico de formação das organizações políticas pesqueiras.....	12
1.2 – Os principais órgãos reguladores do setor: IBAMA e SEAP.....	23
1.3 – A Interação com o setor do petróleo.....	29
1.4 – Conclusão.....	34

Capítulo 2 – Falta “vontade política” – como os problemas enfrentados pelo setor são vivenciados e interpretados pelas lideranças das organizações..... 36

2.1 - A “invasão” da pesca industrial na costa, lugar tradicional de trabalho do pescador “artesanal”.....	38
2.2 - A especulação imobiliária e o turismo.....	43
2.3 – “Eu sou o Meio Ambiente”: os “impactos” do petróleo na pesca.....	48
2.4 - Outras questões em evidência nos discursos das lideranças.....	53
2.5 – Conclusão.....	57

Capítulo 3 – As disputas existentes entre as organizações pesqueiras..... 59

3.1 - A questão da autonomia na representatividade – algumas observações sobre o caso das organizações pesqueiras do Rio de Janeiro.....	59
3.2 - A importância dos cargos administrativos como forma de poder local.....	67
3.3 - Conclusão.....	74

Capítulo 4 – Arraial do Cabo enquanto “lugar de pescaria” e de pescadores..... 76

4.1 - “Lugar de pescaria”.....	76
4.2 - Lugar de pesquisa.....	81
4.3 - “Pescadores e pescarias” em Arraial.....	85
4.4 - Quando a categoria “artesanal” ganha significado político - a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) em Arraial do Cabo.....	94
4.5 - Conclusão.....	105

Capítulo 5 – “Cada um puxa mais para sua sardinha” - as organizações pesqueiras de Arraial do Cabo.....108

5.1 - As organizações pesqueiras de Arraial do Cabo e suas lideranças.....	108
5.2 - Análise de alguns projetos, eventos e disputas em evidência no momento do campo.....	130
5.3 - Conclusão.....	151

Conclusão.....153

Bibliografia.....157

1 - Introdução

A temática "pescadores e pescarias", como destacado por FARIA (1997), desde muito se tornou presente no campo da produção intelectual e no gerenciamento político e econômico do território nacional por motivos variados cujas problemáticas em causa permitem o reconhecimento de três fases de atividades relativa à produção de estudos, que não necessariamente seguem uma ordem cronológica.

A primeira diz respeito aos estudos técnicos realizados na época de intensificação da presença do Estado, ao assumir o controle e ordenamento oficial das atividades de pesca. Nessa fase, o estudo dos peixes assume, também, um caráter eminentemente econômico. A segunda, definida pelo autor é marcada pelo aumento no conhecimento científico, naturalístico e etnográfico¹. Também se caracteriza pela produção de relatórios de cunho técnico que serviam como base para a sustentação e promoção de programas estatais de racionalização e incremento de produção pesqueira.

A terceira fase caracterizada pelo autor é a que mais interessa para essa dissertação, pois está mais relacionada à produção antropológica sobre os pescadores, impulsionada pelos programas de pós-graduação de antropologia que proporcionaram condições para o trabalho de campo. Segundo o autor no ano de 1973 foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRJ – Museu Nacional) a primeira dissertação de mestrado sobre pescadores². Desde então vários trabalhos acadêmicos foram realizados a respeito das “comunidades pesqueiras”, muitos deles voltados para o entendimento da construção da identidade social dos pescadores, bem como voltados para uma análise da reprodução social dos pescadores diante dos processos de modernização no mundo do trabalho na pesca, como veremos mais adiante.

Porém, no campo do processo de formação das organizações pesqueiras e suas diferentes formas de atuação política pouco foi encontrado para subsidiar esta pesquisa, no que se refere ao Estado do Rio de Janeiro. Algumas referências utilizadas por mim que tratam do processo histórico da formação das organizações de pesca e das políticas públicas pesqueiras nacionais são encontrados

¹ Como por exemplo: "Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão" (R.P.H.A.N., 1938); e o de C.T. Ott, "Os elementos culturais da pesca baiana (1944)" (Faria, 1977, pg 24).

² Dissertação de Luiz G.M. Chaves, intitulada "Trabalho e subsistência. Almofala: aspectos da tecnologia e das relações de produção".

nas obras de Diegues (1983, 1988 e 1995), Faria (1997), Silva (1988), Maldonado (1986) e Cardoso (2001). No conjunto destas obras percebe-se um histórico de tentativa de controle e ordenamento estatal da pesca, onde seus dirigentes eram indicados pelo Governo. Também são feitas análises do processo de implementação das políticas modernizadoras sobre o setor e seus reflexos no mundo das “comunidades pesqueiras”.

Para meu estudo de caso, no município de Arraial do Cabo, existe uma considerável produção acadêmica sobre os “pescadores e pescarias” do município, visto tratar-se de uma localidade de grande importância pesqueira que envolveu, e ainda envolve, boa parte da sua população nesta atividade.

No início da década de 1950 o Museu Nacional desenvolveu pesquisas neste município dentro de um contexto de preocupação da Antropologia voltado para os “Estudos de Comunidades”, trabalho este orientado pelo Dr. Carls Winters e que teve como componente do grupo de pesquisadores o professor Luiz de Castro Faria. Em 1960, Fontenelle desenvolvia um trabalho sobre a “Dinâmica dos grupos domésticos em Arraial do Cabo”, ainda dentro deste enfoque dos “estudos comunitários”. (Prado, 2002).

Além destas pesquisas que tiveram começo com a equipe do Museu em 1953, foram desenvolvidos diversos trabalhos voltados para a análise das conseqüências do processo de “modernização” sobre as formas de organização social dos pescadores de Arraial do Cabo, considerando principalmente os estudos de Britto (1989), Cunha (2000), Prado (2002). Além disso, a grande quantidade de pesquisas realizadas em Arraial ocorre em função, principalmente, da existência de uma Reserva Extrativista Marinha criada em 1989, considerando que existem poucas no país, e que se trata de um modelo relativamente novo da política pública ambiental de unidade de conservação, cuja gestão conta com a participação das “populações tradicionais”. Dentre os estudos que abordaram a questão da reserva extrativista podemos citar Lobão (2000), Silva (2004) e Gomes (2006), e várias outras monografias e dissertações de mestrado com as quais tive contato e algumas às quais não tive acesso.

1- Contextualização da pesquisa

A Familiarização com o Tema

A partir de meu envolvimento em trabalhos de consultoria ambiental desde 2003 para a realização de diagnósticos sobre atividades pesqueiras desenvolvidas em espaços marítimos, comecei a me familiarizar com as diferentes formas de representação política dos pescadores.

Meu primeiro contato com os dirigentes das organizações pesqueiras surgiu de um trabalho que objetivava coletar informações a respeito do posicionamento das organizações de pesca sobre as atividades petrolíferas desenvolvidas em áreas marítimas, especificamente na Bacia de Campos³, no Estado do Rio de Janeiro, o que me forneceu maiores subsídios que orientaram meu interesse em desenvolver a questão deste projeto.

Esse trabalho foi solicitado pela Petrobrás, que até 1997 monopolizava a produção petrolífera no País⁴ e começou a explorar os recursos petrolíferos da Bacia de Campos a partir de 1974. Porém, até 1986, quando foram estabelecidas políticas públicas voltadas para a avaliação dos impactos ambientais de grandes empreendimentos, sua produção foi desenvolvida sem quaisquer considerações sobre as possíveis implicações socioambientais decorrentes. Desta forma, muitas atividades petrolíferas foram desenvolvidas na Bacia de Campos sem qualquer tipo de avaliação de seus impactos sobre o meio ambiente, e, conseqüentemente, sobre a pesca.

O contexto de introdução de uma regulação ambiental, que desde sua implantação foi influenciada por históricos de acidentes ambientais e por pressões sociais de ambientalistas e de “atingidos”⁵ por grandes empreendimentos como as barragens (caso do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB), juntamente com a quebra do monopólio estatal da indústria petrolífera impôs para a

³ Recorte geográfico marítimo utilizado como referência espacial para o desenvolvimento das atividades petrolíferas. Trata-se de uma bacia sedimentar, caracterizada por ser um local de depressão em que se acumulam detritos ou sedimentos ao longo do tempo. Esses sedimentos são restos de animais e vegetais que vão se depositando no fundo do mar durante milhares de anos, e que, ao longo dos anos, pela ação do tempo, do calor e da pressão, transformam-se em petróleo. O petróleo só é encontrado onde ocorreu esta acumulação de sedimentos

⁴ Desde a publicação da Lei nº 9.478 em 1997, qualquer empresa nacional ou internacional pôde exercer em território nacional atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás, mediante concessão ou autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que foi criada por esta mesma lei para regular e fiscalizar o setor petrolífero.

⁵ Termo técnico utilizado nos trabalhos de consultoria.

Petrobrás a necessidade de estabelecer estratégias condizentes com as novas conjunturas, para poder dar continuidade às suas atividades de pesquisa e produção de petróleo.

Além dos estudos de impactos ambientais, uma das exigências do órgão ambiental responsável pela emissão das licenças ambientais para as atividades de petróleo, no caso o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), é o desenvolvimento do que se convencionou chamar de “diálogo com stakeholders” (da Vinha, 2003), ou seja, com os “grupos de interesses”, aqueles entendidos como passíveis de serem “impactados” ou que tenham motivações específicas para participarem das discussões sobre os processos de licenciamento, como grupos ambientalistas e representantes do Poder Público. No caso de atividades petrolíferas desenvolvidas em espaço marítimo o grupo considerado passível de ser “impactado” é o dos pescadores, “público-alvo” principal dos trabalhos de “comunicação social”.

Esses grupos são aqueles que serão convocados para as audiências públicas, espaços entendidos pelo órgão ambiental como decisórios para o processo de licenciamento, visto serem considerados como espaços “democráticos” que possibilitam a exposição das posições de “todos” os interessados nos licenciamentos, podendo estas, inclusive, dependendo dos níveis dos conflitos existentes, inviabilizar os empreendimentos⁶.

Para o desenvolvimento do “diálogo com os grupos de interesses” são contratadas empresas de consultoria, que oferecem os trabalhos técnicos de sociólogos e/ou, comunicólogos e jornalistas, para desenvolverem o mapeamento desses grupos e estabelecer os contatos com os mesmos.

Foi nesse contexto que fui contratada como consultora para o desenvolvimento de um trabalho de “comunicação social”, o qual fazia parte de uma estratégia da Petrobrás para um mapeamento das

⁶ A respeito do discurso sobre a importância da participação da população na tomada de decisões através destas audiências, considera-se uma questão importante apontada por Lygia Sigaud (1987), que é a prática de se identificar as implicações sociais de um empreendimento após a realização de contratos milionários entre empresas e até a compra de equipamentos pesados e caros. Segundo a autora, sobre empreendimentos hidrelétricos, “trata-se, no entanto de avaliar para “minimizar”, “mitigar” ou “neutralizar” “impactos” de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de “impactos” para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica”.

demandas e expectativas que pudessem surgir nas audiências públicas que iriam ocorrer para o licenciamento de duas plataformas de produção na Bacia de Campos.

Durante as entrevistas, que estavam voltadas para o entendimento da visão dos pescadores sobre como as atividades de petróleo os prejudicavam e quais seriam suas principais expectativas e demandas para uma compensação por tais danos, pude identificar indícios que apontavam para um processo de formação de um discurso político das organizações de pesca da região relacionado aos direitos dos pescadores e às compensações ambientais relativas às atividades petrolíferas, que veremos melhor no Capítulo 2 desta dissertação.

A princípio percebi que vários outros consultores já tinham desenvolvido trabalhos semelhantes com os pescadores, o que eles, os pescadores, faziam questão de me deixar claro. Algumas frases de diferentes lideranças como: “cansa estar falando, falando e não ver resultado”; “só recebemos doação de broches e materiais diversos de divulgação”; “já veio muita gente prometer muita coisa e não sai nada”; “a Petrobrás até agora está uma decepção... não assino mais nenhum papel” (referindo-se a assinaturas em atas de reuniões de “comunicação social” e para comprovação de recebimento de materiais) e, “estamos de saco cheio de receber papel e informações que não trazem nenhum benefício... vocês acham que eu não sei que vocês estão preparando eles para a audiência?... Só recebi vocês pelo resquício de esperança de sentar na mesa como um igual e não como um fardo”, são significativas, denotando que os entrevistados queriam demonstrar para a consultora suas frustrações, revoltas e percepções construídas no histórico de relacionamento com a Petrobrás.

Como as entrevistas realizadas com as lideranças das organizações pesqueiras também estavam voltadas para um entendimento do histórico das atividades de pesca desenvolvida em seus municípios, tanto quanto para a compreensão dos principais problemas enfrentados pelos pescadores, pude identificar que a mobilização relacionada aos direitos às compensações petrolíferas estava contextualizada em um processo histórico de ações políticas relacionadas a reivindicações de direitos dos pescadores, diante das políticas públicas pesqueiras e ambientais que regulam o setor.

Em muitos discursos se identificava que os argumentos construídos para justificar tais direitos se embasavam nos conhecimentos e saberes tradicionais dos pescadores “artesanais” a respeito do espaço marítimo. De que eles são parte e os mais antigos conhecedores desse espaço, logo são o “meio ambiente” e conseqüentemente aqueles que sabem quais são os problemas relacionados ao gerenciamento deste meio.

A escolha de Arraial do Cabo para um estudo de caso

A pesquisa de campo em Arraial do Cabo, que teve durabilidade de um mês, serviu para um melhor entendimento de quem são os dirigentes das organizações pesqueiras e da estrutura social onde estão inseridos, o que contribuiu para um melhor entendimento das trajetórias e motivações destas lideranças.

Esta pesquisa mais “focada” permitiu uma análise das esferas concretas da vida social, numa perspectiva de não separação de ato e representação social e de reconhecimento das particularidades internas da organização social dos pescadores e das externalidades que fazem parte dos campos de forças que atuam sobre a identidade dos grupos sociais, de acordo com a proposta de Goldman (1999), no contexto de sua análise do campo de produção de modelos antropológicos para análise das sociedades complexas, quando propõe uma não dicotomia “interno/externo” e “micro/macro”.

A escolha deste município deveu-se ao mapeamento inicial da coexistência de formas diferentes de organizações pesqueiras “artesanais” dentro de uma contextualização forte de conflitos entre elas. Destacam-se as seguintes organizações como as mais atuantes e com visibilidade no município: Colônia dos Pescadores Z-05; AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo; APAC - Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo; a ACRIMAC - Associação de Catadores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo e a APATAC – Associação de Pescadores de Traineiras de Arraial do Cabo – esta última ainda não oficializada, até o momento do encerramento desta pesquisa.

A Colônia de Pescadores Z-05 foi fundada em 1915 e é a mais antiga organização de Arraial do Cabo. Possui atualmente cerca de 1200 associados. A APAC, fundada em 1987, é constituída por cerca de 200 pescadores. Segundo seus representantes foi criada para atender, principalmente, às necessidades dos pescadores de “arrasto de praia”, um tipo de pesca mais “tradicional” do município.

A AREMAC foi fundada com o objetivo de gerenciar a RESEX, criada em 1998, juntamente com o IBAMA. A ACRIMAC, dos maricultores, foi fundada em 1997, incentivada pelo IBAMA regional, com o objetivo de organizar a coleta de mexilhões, defender os direitos dos coletores e fazer a transição do sistema extrativista para o sistema de produção em cativeiros, que transformaria os coletores em “fazendeiros do mar”. E a APATAC, dos pescadores de “traineiras” surgiu num contexto de disputa com as demais categorias de pesca pela garantia de acesso aos direitos de uso da reserva extrativista.

Este fato da coexistência de tipos diferentes de organizações de pescadores “artesaniais”, como duas inseridas em um contexto de influências de políticas ambientais (AREMAC e ACRIMAC), uma representativa de uma forma mais antiga de organização (a colônia) e outras formadas dentro de um contexto de disputas locais, forneceu-me ricos materiais para um estudo de caso que retratou “localmente” diferentes formas de organização política dos pescadores e de motivações de suas lideranças.

A ampliação da pesquisa – conhecendo melhor as lideranças do Rio de Janeiro e suas “bandeiras”

Após minha pesquisa de campo em Arraial do Cabo, fui chamada para desenvolver um trabalho de consultoria⁷ para uma empresa multinacional denominada *Devon Energy* que é mais uma se inserindo na região, cujo projeto para exploração, também na Bacia de Campos, estava em fase de

⁷ Os dados apresentados neste trabalho foram coletados em entrevistas semi-estruturadas documentadas em vídeo realizadas durante trabalho de campo para “estudo antropológico complementar ao Estudo de Impacto Ambiental”.

licenciamento. A fim de aproveitar a oportunidade de melhor entender as diferentes formas de ação coletiva dos pescadores “artesanais” desta região, aceitei o trabalho que foi desenvolvido no mês de setembro de 2005.

A pesquisa, orientada para a realização de um vídeo-diagnóstico, objetivava realizar um levantamento sobre as visões e percepções das lideranças das principais organizações pesqueiras atuantes na “Área de Influência do empreendimento”, a respeito dos problemas enfrentados pelo setor pesqueiro e principalmente sobre os “impactos” da atividade de petróleo na atividade da pesca e suas expectativas de “compensações”.

Além da percepção do que o setor necessita para sua melhoria, as entrevistas possibilitaram uma visão das lideranças sobre o que consideram como problemas crônicos relativos a uma “falta de vontade política” dos órgãos reguladores do setor, ou ao histórico de conflitos entre as organizações pesqueiras e destas com a indústria petrolífera na região.

Durante este trabalho de campo foram feitas entrevistas com 25 (vinte e cinco) dirigentes de colônias e associações dos municípios da Bacia de Campos e das principais organizações estaduais atuantes: a União Estadual dos Pescadores e Aqüiculturas do Estado do Rio de Janeiro e a Federação dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro; esta última representativa somente das colônias de pescadores, e a primeira também de colônias, mas, principalmente, de associações de pescadores.

Objetivou-se com esta pesquisa compreender as diferentes formas organização política (colônias e associações) dos pescadores “artesanais” no Estado do Rio de Janeiro, recuperando as condições processuais históricas e políticas da criação dos sistemas de representação dos pescadores (Federação, colônias, e associações), e de suas categorias acionadas dentro de contextos locais de disputas, considerando a importância do reconhecimento das representações coletivas de grupos sociais, originárias de sistemas de classificações de suas relações sociais e suas aplicações concretas.

Desta forma, foi analisada a não homogeneidade destas ações, considerando as diferentes motivações das lideranças de pesca que orientam posicionamentos distintos ou não dentro de diferentes esferas de disputas entre as organizações pesqueiras e entre estas, e os demais agentes constitutivos de um campo de disputas políticas.

Em especial foram analisados os diferentes posicionamentos dos pescadores dentro de um contexto de apropriação da categoria “artesanal”⁸, relativa aos modos de produção da pesca baseada em regime familiar, no processo de disputa política. De como a classificação de pescador “artesanal” é utilizada como forma de diferenciação entre as diferentes “classes” que se autodefinem enquanto “artesanais”, bem como dos “patrões” da pesca (donos de barcos e instrumentos de pesca) e de demais trabalhadores desta atividade (pescadores “empregados”, intermediários, carregadores, peixeiros, etc.), para reivindicações de direitos específicos .

Dentro de uma preocupação apontada por Melucci (2001) da necessidade de se avaliar a importância da ação coletiva para a vida das sociedades complexas contemporâneas, um dos objetivos desta pesquisa é verificar o processo de motivação das ações das lideranças pesqueiras pelo reconhecimento do Estado de que os pescadores são sujeitos políticos e de como foram e estão sendo “conquistados” tais reconhecimentos.

No **Capítulo 1** foi feita uma contextualização do campo político onde atuam as organizações pesqueiras pesquisadas e os diferentes agentes sociais que interagem com as mesmas. O **Capítulo 2** trata da percepção das lideranças sobre os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro e as razões atribuídas para uma "decadência" da pesca e do pescador que também resume as principais reivindicações e "bandeiras" de direitos.

No **Capítulo 3** são discutidos os principais conflitos existentes entre as organizações pesqueiras “artesanais” contemporâneas, e no **Capítulo 4** foi feita uma contextualização histórica-social de Arraial do Cabo enquanto um “lugar de pescaria” e pescadores, o que forneceu subsídios para a

⁸ Os pescadores “artesanais” são classificados pela legislação e literatura sobre pescadores, como aqueles envolvidos nas atividades baseadas nos laços de parentesco e vizinhança, podendo ser donos ou não dos meios de produção desde que trabalhando em regime de “economia familiar”.

análise das condições sociais onde estão inseridas as lideranças das organizações pesqueiras pesquisadas. Por fim, no **Capítulo 5**, foi feito estudo de caso das diferentes formas atuação das organizações dos pescadores onde foi possível discutir quem são os dirigentes destas, suas trajetórias nas comunidades de origem e suas atuações em espaços públicos, em contextos específicos de disputas.

Capítulo 1 – Processo de Formação do capital político das lideranças pesqueiras

habitus

habitus

1.1 – Histórico de Formação das Organizações Políticas Pesqueiras

Annie”

“em

1919 pela Marinha de Guerra”

A pesca e seus assuntos oscilam constantemente entre a alçada do Ministério da Marinha e a do Ministério da Agricultura. Enquanto auxiliares potenciais das forças navais, os pescadores estão obrigados a pertencer à colônia do lugar em que vivem e ser matriculados na Capitania dos Portos de seu Estado, onde devem também registrar seus botes e aparelhos de pesca. Por outro lado, ao Ministério da agricultura compete aprovar a organização das colônias, empossar seus dirigentes e supri-las com recursos financeiros, além de fiscalizar suas atividades. Estes dois níveis – financiamento e fiscalização – são da jurisdição da SUDEPE (...).

Em Pernambuco, os comissários começaram a ser parcialmente afastados das diretorias de colônias por volta de 1925, e definitivamente após 1927. Neste último ano, torna-se presidente da confederação daquele Estado o senhor Antônio Cardoso da Fonte, comissário, não de peixe, mas de açúcar e álcool, dono da maior frota de “auto-caminhões” de Pernambuco – 16 ao todo – e proprietário de dois barcos de pesca de grande porte. Ademais, ele havia sido prefeito da cidade marítima de Serinhaem, litoral Sul de Pernambuco, no início da década de 1920. Tão logo assume seu posto, Cardoso da Fonte afasta todos os comissários de peixe das presidências das colônias e os substitui por militares, políticos locais e “letrados” médicos, advogados e professores”.

A colônia daqui foi criada para dar assistência ao pescador. Porque a colônia, antes, era gerenciada pela marinha. Então a marinha dava um outro tipo de assistência ao pescador, às comunidades. Colocava médico à disposição, colocava tudo à disposição das comunidades. Então, as nossas colônias, era a marinha que indicava o pessoal da confederação nacional, indicava para as federações, indicava para as colônias, porque eles eram oficiais de marinha, eles ganhavam para isso. Depois de 64 pra cá eles abandonaram tudo, então as colônias ficaram ao Deus dará (...)

(...) me foi colocado o seguinte: Pugas, porque você está lutando intransigentemente por esse objetivo? Já que, se esse objetivo for realizado, o pescador vai beber tudo de cachaça (...) Porque esse tipo de conceito, ele é repugnante, é uma forma de discriminação. E isso tem que acabar. Eu acho que as pessoas precisam ter mais consciência e pensar mais aquilo que fala. Essa coisa desse estigma que o pessoal tem. Você tem que perder esse estereótipo que se criou para o pescador. Primeiro que ele é um vagabundo, porque ele vive na beira da praia. E a outra é que ele é um cachaceiro, que também é mentira (...).

(...) Eu já retaliei, inclusive, autoridades numa mesa, pois foi dito que era história de pescador e eu disse: Pode ser história, mas a gente reage. Os preconceitos são esses e oriundos de outras pessoas que não entendem a nossa forma de viver e se relacionar. As pessoas que não conhecem tendem a ter preconceitos (...).

era muito subalterna, ela estava muito ligada aos interesses (...) Orientada pelo próprio governo, uma intervenção pesada do governo. Hoje, há uma concepção filosófica que norteia nosso trabalho de forma diferente buscando a auto-suficiência da atividade e um grau de dependência cada vez menor dos órgãos públicos (...).

seminário foi no Irineu Ramos, no auditório dos deputados federais lá em Brasília. Uma base de setecentos, quase oitocentos pescadores. Ao todo tinha mais de 1000 pessoas entre deputados, senadores, técnicos e... E foi aí que nesse momento os pescadores deram um grito muito forte e os deputados não esperavam o que aconteceu lá em Brasília. A partir daí as colônias começaram mais a se entusiasmar, os pescadores e o que aconteceu no seminário, foi fantástico, pescadores como eu que saíram daqui levantar a voz lá em Brasília (...). (Antônio Gomes dos Santos - Toinho – Penedo AL)

1.2 – Os Principais Órgãos Reguladores do Setor: IBAMA e a SEAP

O meio Ambiente nas Políticas Públicas Pesqueiras – O IBAMA

(...) o IBAMA deveria ser mais educativo e não punitivo (...). (relato do presidente da colônia de pescadores de Rio das Ostras, 2005).

(...) Porque eu digo o seguinte: eu quero que você pare de pescar camarão porque eu vou te dar uma alternativa para isso, Mas o que eu tenho que fazer? Eu não posso parar esse homem se eu não estiver com a alternativa pronta. Então o que eles fazem? Eles querem proibir. Eu acredito que, dentro da filosofia do IBAMA, ele tem uma filosofia de proibir, proibir tudo (...). (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

(...) O batalhão não tem muita habilidade com a pesca, apesar de atuar na pesca. O IBAMA é um órgão sucateado, poucos funcionários. São 240 para todo o estado. E tem fiscal que é enganado. O pescador fala para ele que o que ele está pescando não é tainha pequena e sim parati. E o fiscal acredita porque não conhece peixe. Então existe essa falta de qualificação dos fiscais (...). (

envio de verba é praticamente nulo nos últimos 30 meses, é uma situação complicada em termos de manutenção administrativa, física e pra pôr a Reserva pra funcionar como deveria. Fiscalização captura, equipamento”.

(...) então nós enfrentamos problemas de desmatamento do manguezal, pesca predatória dentro dos rios, no mar; rios assoreados, lodo de usina sendo jogado no rio, desmatamento da mata ciliar na beira dos rios onde causa assoreamento e a ausência de fiscalização, você grita socorro e ninguém ouve (...) de vez em quando vem barco de fora grande, traineiras atracar aqui na beiradinha da praia, traz sérios problemas e a gente não tem a quem recorrer (...).(relato do presidente da colônia de pescadores de São Francisco de Itabapoana, 2005).

(...) A instituição tem que passar por uma reformulação de pessoal, ser menos politizada e estar mais junto da comunidade. Nesse último ano de governo estamos tentando trabalhar junto do ibama. Está mudando o superintendente do ibama. Então vamos ver se as regionais da instituição trabalhem junto com a gente. Nós falamos que se deixarem a gente trabalhar junto com eles, nós faremos a diferença (...). (relato do coordenador da UEPA, 2005).

(...) Olha, para haver uma aproximação eu acho que teria que ter alguém das colônias lá no estatuto deles, lá dentro, indicado por nós. Quem tem que indicar os dirigentes do “IBAMA” são as colônias reunidas, são as federações que têm que indicar o dirigente lá pra dentro. Não é um político, agarrar um qualquer que a gente não sabe nem quem é e aí, bota ele aí dentro como presidente do IBAMA. Isso é que é o mal do país (...). (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

A criação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca – SEAP

(...) Mas até hoje essa secretaria não está cem por cento, porque se cria uma entidade tem que se colocar uma pessoa que entende do assunto, assim que tinha que ser feito. O negócio foi politicamente inviável. Boa vontade ele tem, mas não acerta a mão porque não sabe como fica a situação do pescador, ele não sabe o caminho porque nunca sofreu na carne as conseqüências desse tipo de trabalho. É muito complexo, existem vários tipos de pesca. Eles não sentam para conversar com a classe pesqueira, não reúnem com a classe mais baixa, só quando é política (...).

(...) Agora mesmo mandaram um cadastramento pra gente. Nós não temos condição financeira de tocar e encaminhar os pescadores. Agora chegam quatro folhas que tem que reconhecer, registrar em cartório chegando a quase R\$ 30,00 e mandar pra eles. Ao invés deles trazerem uma solução, eles trazem mais trabalho pra nós e fica difícil (...).

).

a SEAP é muito importante. É a possibilidade de garantir as gerações futuras. Ela vem com uma outra política de atuação, um caminho mais delineado para a pesca e aqüicultura. Mas, porém falta eles estarem adaptados às necessidades de cada localidade. A sociedade civil tem que reivindicar seus direitos. A SEAP nós vemos com bons olhos, mas no Rio de Janeiro ela deixa a desejar. Falta estar mais próximo das comunidades (...).

Repasso a informação a todos novamente dizendo que este encontro mostrasse mais do que uma troca de informação e sim o principio de nossa organização no Estado e futuramente a nível Nacional, breve estaremos na porta do congresso expressando a organização de classe que nosso presidente da Republica vem discursando e mostraremos a continuidades das falhas gravíssimas de desmobilização social que muitos a frente de órgãos públicos tem causado a nossa classe, chegou a hora e momento de mostrarmos nossa cultura e nossa força de lutar por dia melhores de nossa comunidade como fazemos no dia a dia de nossas vidas e de nossos familiares. As dificuldades são impostas para que possamos vencê-las e agradecer a nosso Deus que nunca deixou faltar nada. Vamos unidos para esta nova empreitada, ficamos felizes a cada dia de poder enxergar camaradas como todos vcs doando seu precioso tempo em busca da Organização Social, ou seja, UMA FORTE FERRAMENTA DE TRABALHO! Um grande abraço a todos!!! Chico Pescador e Raimundo Nonato

1.3 – A interação com o setor do petróleo

(...) a relação do setor pesqueiro com a atividade de petróleo... Ela, no princípio, se iniciou com o pescador não

dando muita atenção, mas com o desenvolvimento do tempo, a dinâmica ocupacional das estruturas de posição em áreas tradicionais pesqueiras, começou a nos trazer problemas.

offshore

royalties

royalties

1.4 – Conclusão

Capítulo 2 – Falta “Vontade Política” – como os problemas enfrentados pelo setor são vivenciados e interpretados pelas lideranças das organizações.

“A vida da gente era uma maravilha. Acordava cedo, pescava e as duas da tarde voltava com o barco cheio de peixe. Na década de 70, 80 tinham muitos recursos pesqueiros. E hoje nós temos que fazer viagem de uma semana, dez dias...”. (relato do presidente da colônia de Rio das Ostras, 2005)

Os pescadores quando questionados sobre a pescaria e seus resultados, sempre lembram que não se pesca mais como antigamente, tanto em quantidade e diversidade, quanto em tamanho das espécies capturadas. É um consenso entre estes trabalhadores e suas lideranças, que vem ocorrendo uma drástica redução dos recursos pesqueiros ao longo da costa e de que a pesca “artesanal” está fortemente ameaçada de acabar.

Quando perguntamos as razões desta situação, uma série de fatores são apontados como causadores da atual situação. As lideranças das organizações pesqueiras acusam uma falta de “vontade política” dos governantes do país para reverter tal quadro, que está associada a uma falta de reconhecimento do produto peixe. Para estas lideranças, sua importância tanto para os trabalhadores que dele dependem, como para a economia do país é ignorada pelos representantes e autoridades públicas.

Compara-se a situação da pesca com as políticas de investimento que são feitas para o desenvolvimento de demais produtos animais como o gado e o frango - tanto para consumo como geração de renda - sendo a importância econômica da pesca “artesanal” subestimada pelos “governo”, tratando-se de uma potência ofuscada, como podemos ver pelos relatos de algumas lideranças entrevistadas.

(...) O frango, qualquer coisa, que tem lá o produtor, tem fiscalização. Tem fiscalização do que ele vai comer, do que ele não come. Então a pesca representa muita coisa hoje,

ao nível de geração de emprego que o governo também não conhece. Na verdade pouca gente conhece (...) Agora se perguntarem quantos frangos foram abatidos todo mundo sabe. Não sabem que a pesca é uma fonte inesgotável, se for investida a sério. É uma covardia (...). (Ex-presidente da Associação de Pescadores de São João de Cabo Frio, 2005)

A falta de “vontade política” diz respeito também à percepção das lideranças sobre a ausência de ações governamentais que favoreçam o pequeno trabalhador, ou o pescador “artesanal”, em virtude da prioridade de medidas voltadas para o desenvolvimento industrial do setor, direcionadas para os empresários.

Outros fatores, como: a ausência de ordenamento e fiscalização sobre as práticas de pesca consideradas “predatórias”, que prejudicam a reprodução das espécies de peixes; a ausência de infra-estrutura para a comercialização do pescado; a ocorrência do processo de urbanização das praias mais o crescimento do turismo – considerando-se a grande atratividade turística e imobiliária que exercem as praias -; o aumento da poluição ambiental nos mares e os problemas ambientais provocados por acidentes industriais mais os “impactos” da atividade petrolífera que causam danos aos pescadores – os quais ficam sem ressarcimento; a falta de acesso dos pescadores aos serviços de educação e saúde adequados às suas realidades fazem parte de um conjunto de reclamações que compõem suas afirmações sobre a falta de “vontade política” do governo.

Neste capítulo serão descritos, brevemente, alguns desses problemas apontados pelas lideranças como responsáveis pela atual “crise” enfrentada pelos pescadores “artesaniais”, bem como as alterações nas configurações dos espaços dos pescadores, das relações de trabalho e das condições de pescaria. A descrição de tais problemas serve para uma melhor contextualização das motivações das lideranças em suas atuações políticas e a identificação de suas principais “bandeiras” e reivindicações de direitos.

Pelo meu envolvimento mais intenso na área de consultoria ambiental e participação específica em trabalhos com as lideranças sobre suas percepções quanto aos “impactos” e direitos relacionados às atividades de petróleo, pude aprofundar melhor esta questão. Neste tópico serão apresentados mais dados sobre as formas de atuação das lideranças e alguns resultados de suas ações dentro de um processo de relação com as políticas de licenciamento ambiental.

2.1 - A “invasão” da pesca industrial na costa, lugar tradicional de trabalho do pescador “artesanal”.

O processo de modernização da pesca no país foi implementado através de incentivos fiscais e isenção de impostos para a compra de barcos e equipamentos e para a implantação de unidades de beneficiamento do pescado, entre outras ações de fortalecimento de uma pesca ‘moderna’. A atividade pesqueira artesanal foi perdendo incentivos. “A pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais” (DIEGUES, 1983, p.137, citado por Moraes, s.i.).

Sujeitos alijados das políticas públicas da SUDEPE, os pequenos pescadores presenciaram suas áreas de pesca serem objeto de avanço da frota pesqueira de armadores e empresas acirrando a competição pelo pescado, viram-se subordinados or um mercado dominado por atravessadores de pescado que lhe subtrai a renda e tiveram seus espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária pelo litoral, apenas para citar alguns dos processos que se exponencializaram ao longo das últimas décadas. (Cardoso, 2001, p. 38)

A pesca no Brasil, que era predominantemente realizada como pequena produção mercantil passa a ser alvo, depois da criação da SUDEPE, de uma grande investida do Estado que tentou fazer da atividade pesqueira uma indústria de base, com o objetivo de criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil (Diegues, 1983). Porém, mesmo com esta medida de incentivos para o fomento da pesca industrial, foi a atuação da pequena produção que garantiu a maior parte da oferta de pescado no país, levando-se em consideração as características do objeto do trabalho: o peixe.

O que ocorre é que por maior que seja o avanço em termos de forças produtivas garantido no regime de traineiras, ele é ainda muito fraco para vencer as profundas resistências de um objeto de trabalho com as características do peixe. A irregularidade da captura permanece em altas taxas; o mau tempo, as correntes imprevistas, a saturação do mercado, as falhas mecânicas, tudo concorre como que para transtornar e impedir a sistematização, a organização planejada e projetada dos ciclos, ritmos e tendências da produção. (Duarte, 1999, p. 78).

O desenvolvimento da pesca industrial, segundo os entrevistados, vem ocasionando uma diminuição das espécies de peixes considerando o aumento da capacidade de captura possibilitado pelos grandes barcos industriais.

Os relatos das lideranças denunciam a invasão da costa por estas embarcações, originárias principalmente da região sul, de empresas do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo e algumas de países estrangeiros, que capturam toneladas de peixes em áreas tradicionalmente destinadas aos pescadores artesanais, ocasionando uma diminuição de espécies e conflitos entre os pescadores “artesanais” já que a disputa pelo recurso pesqueiro conseqüentemente aumenta.

Porque o que está acontecendo muito na nossa pesca, principalmente artesanal, é que os barcos grandes, que tem capacidade de ir milhas lá fora, eles vão lá pegam o de lá e vem aqui na costa perto dos barquinhos pequenos e pegam o peixe da costa que é nosso que é artesanal. Então se a gente tem peixe para pescar durante 30 dias, eles vem e carrega tudo numa noite só, carrega logo uma tonelada numa noite só. Eles vão lá no fundo e catam tudo (...). (relato do presidente da Colônia de Cabo Frio, 2005)

Como identificado por estudiosos da pesca, um dos “efeitos-perversos” da política de modernização do setor está relacionado aos problemas ambientais¹ associados à intensificação da pesca industrial sobre o mar, o que leva ao esgotamento de muitas espécies de peixes devido à impossibilidade destas se reproduzirem, em virtude da captura em moldes industriais. Os pescadores “artesanais” passaram a enfrentar problemas relacionados à falta de recursos pesqueiros em virtude desta intensificação da pesca industrial.

O salto de cerca de 300.000 para 900.000 toneladas de pescado em pouco mais de duas décadas demonstra a possibilidade de incremento de produção que mostrou seus limites nas décadas de 1990. A produção do pescado brasileiro estagnou e chegou a decrescer,

¹ A questão ambiental esta presente no discurso dos representantes das organizações pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro, estando muitos mobilizados contra práticas consideradas predatórias pelos pescadores, como a utilização de bombas e a pesca na época considerada certa por eles do defeso. Mas reivindicam que a fiscalização não fique limitada somente sobre a predação, sendo necessário que dê conta dos problemas de poluição, um dos principais fatores responsáveis pela redução dos estoques pesqueiros, principalmente nas lagoas e rios.

a frota sucateou e as indústrias mostraram sua baixa competitividade frente ao mercado mundial. (Cardoso, 2001, p. 26)

Mesmo com a proibição da pesca em determinados períodos do ano, medida implementada visando a proteção dos recursos pesqueiros, muitos pescadores não deixaram de desenvolver suas atividades nestas épocas, o que resulta em pesadas multas ou apreensão de materiais ou embarcações de pesca.

Isto acontece tanto pela dificuldade para conseguir um seguro-desemprego – o que envolve a exigência de documentação²- quanto pelo atraso no pagamento desse benefício; como, também, pela não aceitação das regras do IBAMA. Em muitos locais do país, os pescadores reclamam das definições dos técnicos do IBAMA para justificar as épocas de defeso. Eles afirmam que as datas estipuladas para a reprodução das espécies ou, em alguns casos, que a definição do tamanho mínimo para a captura, não correspondem à realidade das espécies que eles estão acostumados a pescar.

Novas categorias de pescador e ampliação de estratégias de atuação

Todo esse processo de modernização do setor pesqueiro promove uma modificação das comunidades pesqueiras fazendo surgir outras categorias de trabalhadores, como a de “pescador empregado”. Estes passaram a ser classificados pelos pescadores “artesanais” como aqueles subordinados às regras dos donos de barco, em contraposição aos bens simbólicos valiosos para eles, como a “liberdade” e o domínio sobre seu trabalho. A modernização que também ocorria no campo, ocasionando uma intensificação da migração interna campo-cidade, atraiu muitos trabalhadores do campo para ocupar esta nova posição no mundo da pesca. Uma das críticas dos pescadores “artesanais” aos de “fora” reside nesta trajetória de muitos pescadores “empregados”, aqueles que não possuem familiaridade com as “coisas do mar” e não dominam as “artes” da pesca.

² Para muitos pescadores que não tiveram acesso ao ensino formal, que não são alfabetizados, e que não possuem documentações básicas, como certidão de nascimento e carteira de identidade, a exigência de apresentação de uma grande quantidade de documentações para receber o seguro torna-se um obstáculo. O seguro-desemprego é requerido com os seguintes documentos: Formulários de Requerimento do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (RSDPA), Carteira de Identidade; Cartão PIS/PASEP (ou extrato atualizado), Registro Geral de Pescador (RGP) emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; inscrição como segurado especial (pescador), atestado padronizado fornecido pelo ministério do Trabalho e emprego (MTE).

Também são classificados como não pescadores “artesaniais” ou os “não trabalhadores”, os armadores de pesca, os donos dos meios de produção e os “atravessadores” - aqueles que intermediam a negociação do pescado. A classificação do “não trabalho” é apontada pelo livro de Duarte (1999) a partir das análises das categorias nativas dos pescadores de Jurujuba. Os armadores já existiam antes desta política de modernização, com o surgimento das traineiras (embarcações de maior porte e motorizadas em contraposição às canoas que eram utilizadas na pesca “artesanal”) ainda nas primeiras décadas do século XX, já representando uma concentração dos meios de produção e da força de trabalho na pesca, porém ainda não representavam um grupo conformador de uma indústria pesqueira.

Não se tratava, no entanto, ainda, de um empreendimento capitalista-empresarial, pois o dono da traineira ou era também o mestre ou o patrão da pesca, que participava diretamente do processo de trabalho direto, passando a desempenhar o papel de administrador e vendedor da produção que é desembarcada pelos seus prepostos ou mestres. (Diegues, 1995, pg 126)

Com o estímulo estatal para a construção de embarcações e financiamentos para compra de equipamentos de pesca, surgiram alguns empresários da pesca que nada tinham a ver com este universo de trabalho, mas que possuíam condições de abrir negócios. Além destes, outros “de fora” entraram nos espaços aberto de comercialização do pescado.

Este processo de modernização tecnológica na atividade da pesca, através da introdução de traineiras com maior capacidade de produção no lugar das canoas; das melhorias dos instrumentos de pesca - como a rede de náilon fabricada industrialmente, no lugar da de algodão, que possui uma durabilidade muito menor -; juntamente com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, com a inserção no universo dos pescadores dos “empregados” e da classe de “não-trabalhadores” - donos dos meios de produção mais potentes (os armadores) -, mais a interferência da regulamentação e da ação governamental do e no setor, desencadeou vários processos de mudanças sócio-econômicas e políticas nas comunidades pesqueiras.

A crise dos recursos pesqueiros, constatada nas falas das lideranças entrevistadas, vem gerando mudanças na própria atividade, visto que a especialização em um só tipo de pesca já não é suficiente para a geração de renda dos pescadores “artesanais” como o fora em outros tempos.

Uma das estratégias dos pescadores apontadas nos relatos é a diversificação nas artes de pesca de acordo com a ocorrência das espécies, como revela a fala do presidente da colônia de Rio das Ostras:

Hoje em dia não existe pescador de uma espécie determinada. Ele é pescador de tudo. A escassez de recursos é tão grande que quando tem cação, você pesca cação. Quando tem corvina, você pesca corvina. Tem pescadinha, você vai. Deu um camarão, você já arrasta sua rede (...) Antigamente você tinha que ter o material específico para trabalhar dentro daquela atividade. Eu, por exemplo, só trabalhava com camarão. Trabalhava com rede de malhar, mas só trabalhava dentro do camarão. Dava para concentrar o esforço da minha pesca em cima do material específico para aquela atividade. Hoje, você tem que ter múltiplo uso. (secretário da FEPERJ, 2005).

Antes era o camarão, que o valor agregado era maior. E hoje em dia é isso que está aí: o que cair na rede é peixe! Tem que correr pro lado que está melhor, não é direcionado para uma pescaria só. O pescador é de mil e uma utilidades, vai pra onde tem. (presidente da colônia de Niterói, 2005)

A inserção do pescador em outras atividades econômicas como o turismo, construção civil, comércio e o benefício do defeso também são lembrados como estratégias no complemento da renda, como nos lembrou o presidente de uma associação de Arraial do Cabo: *Hoje está difícil viver da pescaria. Hoje tem que ter alguma coisa para melhorar o orçamento da família. A gente no verão aluga a casa. Trabalha numa sorveteria, ser ajudante de pedreiro. Hoje pelo menos tem o defeso.*

A ausência de recursos pesqueiros na costa tem forçado os pescadores de “costa” a se arriscarem em alto-mar tornando-se esta, mais uma estratégia diante da sobrexploração dos recursos pesqueiros da região costeira. Uma das maiores dificuldades dos pescadores tem sido garantir a segurança e dispor de equipamento para pesca em locais longínquos, já que suas embarcações não são adaptadas para a pesca em alto mar.

O que acontecia antigamente é que o pessoal ia até 20 milhas, 10 milhas, mas que, agora, na atual conjuntura, eles são obrigados a ir mais longe do que isso para fazer a captura do pescado. Então ele vai para longe, a embarcação dele não tem autonomia, não está legalizada para ir até aquela região, mas ele vai lá correndo risco de vida. As condições que determinadas embarcações operam, o sujeito quando voltar, ele voltou: renasci, fica um pouquinho em terra para fazer aventura da pescaria outra vez. (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

Com relação ao tema segurança, o fator mais lembrado pelas lideranças é a falta de equipamento adequado. O secretário da colônia de Cabo Frio justifica a situação de precariedade na estrutura de segurança das embarcações, como devida à difícil situação financeira enfrentada pelos pescadores:

(...) acontece do pescador fazer um gato no motor, chega lá e o motor quebra e ele fica à deriva. Ai ele joga o ferro, a maré cresce, a maré baixa e o que é que ele vai fazer? O motor está quebrado. Ele vai bater nas pedras. Os acidentes maiores são esses, devido à falta de condições financeiras para comprar um rádio, comprar um morteiro para avisar que está em perigo, comprar um bóia (...).

2.2 - A especulação imobiliária e o turismo

A partir de minha experiência em trabalhos de consultoria com pescadores e da pesquisa e consulta a vários trabalhos acadêmicos sobre “pescadores” e “pescarias”, evidenciou-se, para mim, o movimento de saída dos pescadores de seus antigos locais de moradia à beira da praia, em função do desenvolvimento turístico do litoral. No lugar das casas de pescadores constroem-se hotéis, pousadas, restaurantes, quiosques e demais infra-estrutura para o atendimento turístico.

Os conflitos com os interesses turísticos são recorrentes, inclusive envolvendo os Poderes Públicos municipais por estes serem acusados de investirem somente na atividade turística, mesmo em localidades onde a atividade pesqueira é historicamente preponderante e envolve um grande número de habitantes. Uma liderança entrevistada, representante de uma Associação de Cabo Frio, relata a existência de uma portaria que proíbe a pesca no rio São João por interesses voltados para o

desenvolvimento turístico: (...) *proíbe porque tem interesses da prefeitura de Casimiro de Abreu. Ela quer desenvolver o turismo, desenvolver atividades esportivas e nós atrapalhamos eles (...).*

Um estudo exemplar da ocorrência deste tipo de processo, ocorrido na localidade de Itaipu, está descrito no livro de Kant de Lima *Pescadores de Itaipu - Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Rio de Janeiro*. O autor, considerando as reflexões de Durkheim e Mauss, discute que a noção de espaço físico deve ser entendida a partir da sua construção desde as relações sociais. Demonstra como o espaço da praia é percebido de forma diferencial dependendo de quem o está olhando, seja um banhista ou um pescador. Para o pescador a praia está repleta de territórios demarcados por complexos sistemas de regras comunitárias que ordenam os sistemas de captura dos peixes.

Em seu livro, o autor descreve e analisa as circunstâncias que evidenciavam situações conflituosas com o trabalho da pesca, uma relacionada ao processo de urbanização que ocorreu na localidade implementada por uma companhia imobiliária (Veplan) e outra relativa à atração turística que exerce a praia de Itaipu, visto sua proximidade da cidade de Niterói e suas características ambientais (uma enseada de águas calmas).

Como demonstra Kant de Lima, Itaipu tornou-se espaço de interesse imobiliário turístico, o que ocasionou radicais transformações das formas de ocupações territoriais, subdividindo a praia em loteamentos turísticos em oposição às formas de delimitações espaciais dos pescadores em função da “produção” do pescado.

Antigas casas de pescadores localizadas na beira da praia, local privilegiado por aproximação do espaço de trabalho e observação do mar “porque peixe não tem hora”, foram vendidas para construção de restaurantes e demais estabelecimentos comerciais para atendimento do fluxo turístico e, práticas pesqueiras nos dias de domingo, foram suspensas em função da presença de grande contingente de turistas e embarcações na praia. Estes fatos e outros reforçaram uma certa descaracterização de Itaipu enquanto localidade reconhecidamente produtora de pescado, conformando-a mais como um local de atrativos turísticos.

Como a identidade do grupo estudado por Kant tradicionalmente se reafirma sobre a “produção”, a partir do momento em que a sociedade passa a reconhecer Itaipu mais como um espaço turístico do

que um lugar de importância pesqueira, origina-se um processo de crise de identidade social do grupo.

Pois quem vai a Itaipu, hoje, em geral não se preocupa com a 'produção' do grupo, ao contrário de seus tradicionais frequentadores. A Veplan encarrega-se hoje de 'vender' pela televisão, rádio, jornais, revistas e cinemas a imagem dos pescadores como 'primitivos' e do local como 'paradisiaco', além de outros adjetivos bem conhecidos do discurso etnocêntrico que sistematicamente joga na natureza aquilo de que culturalmente não se quer apropriar. Pois nada diz de seu trabalho árduo, de seus conhecimentos acumulados por gerações, de sua tarefa estrênuo de 'dar o sustento a essa gente toda' segundo eles mesmos, utilizando-os apenas como engodo para atrair compradores ávidos de 'natureza', que sua própria visão distorcida transforma e deteriora. (p. 53)

Tais transformações acirraram certas contradições existentes na estrutura da organização social dos pescadores relativas às formas de relações de poder. A chegada de outras formas de dominação, caracterizadas por um poderio econômico de proporções muito maiores do que aos dos donos das “pescarias”, marcado pelas investidas de empresas imobiliárias e turísticas como a Veplan, gerou alterações significativas das estruturas de produção da pesca e, conseqüentemente, no estilo de vida dos pescadores de Itaipu, influenciando nas suas percepções de valores.

Com o desenvolvimento turístico cada vez mais acentuado, como vimos, esta atividade acabou tornando-se para alguns grupos de pescadores uma alternativa e, mesmo, uma melhoria da renda auferida com a atividade pesqueira. Em Búzios, por exemplo, um dos principais pólos turísticos da Região dos Lagos, na alta temporada, durante o verão e em feriados como carnaval

escadoreaorm da

para 70, 80 mil. Para tu ver o que aumenta. Mas só nesses meses. Se fosse a vida toda era muito bom (...).

2.3 – “ Eu sou o Meio ambiente” - Os “Impactos” da Atividade Petrolífera sobre a Pesca

Dentre os conflitos existentes entre a indústria petrolífera e as atividades de pesca destaca-se a proibição de se desenvolver esta prática próximo às plataformas. Cada plataforma possui uma área denominada de exclusão de 500 metros onde a pesca é proibida por lei, podendo os pescadores serem multados por infringi-la, o que é muito recorrente na Bacia de Campos.

Hoje são 500 metros, mas antigamente era 3 km. É complicado para a atividade. Existe pesca do pessoal que amarra lá na plataforma e sai pescando? A gente sabe que existe! Ele tá numa área de costume de captura dele. Ele pescava ali, mas agora não pode mais pescar. Aí ele se injuria ali, amarra o barco pra pescar. (secretário da FEPERJ, 2005)

Outra fonte de conflito diz respeito ao fato de que a instalação de uma plataforma no mar, segundo as lideranças, modifica o comportamento dos peixes, já que a mesma representa uma fonte de alimentação para os cardumes tornando-se um “atrator” para os peixes, caracterizando-se então enquanto um “pesqueiro” (lugar de pescaria). Além disso, afirmam que muitos peixes deixam de ir para a costa, lugar de pescaria “artesanal”, por encontrarem “comedoria” no “meio do caminho”, ou seja, nas áreas das plataformas. A “pesca de plataforma”³ foi uma categoria criada pelos próprios pescadores para qualificar a pesca feita nestas áreas.

(...) começou o período de migração agora que o peixe vai, pára na plataforma, come, come, come, depois ele volta para o destino dele. Porque ele não precisa mais carrear pra ter uma comedoria no sul. Ele ia pra a região sardinheira, que é aqui pra baixo, / mas como ele encontra a comedoria no meio do caminho, ele faz uma barrigada na bacia de campos. Ele fica centrado ali, depois ele volta. Ele não faz aquela rotina costumeira, porque ele já achou a comida ali. Então, porque ele ter mais desgaste? O peixe é peixe, não é burro! O atum mesmo, você só encontra na linha de 120 metros pra

³ Uma melhor análise sobre a categoria “pesca de plataforma” pode ser consultada em Bronz (2005)

fora. Um barquinho nosso pra pegar 120 metros de profundidade, a gente leva uma média de 8, 9 horas viajando de mar adentro, aqui no Ro de Janeiro. Até pra essa profundidade. Lá na bacia leva quase 20 horas viajando para essa profundidade. Tem que ir por fora das plataformas agora. E alguns que ficam no pé da plataforma mesmo, que aquela claridade que ela produz – ela é toda clara – o peixe encosta ali. (presidente da colônia de pescadores de Niterói, 2005)

A “área de exclusão” suscita um debate por parte das lideranças a respeito da questão dos direitos sobre o território marinho. Os entrevistados alegam que os pescadores já ocupavam aquele espaço como local de trabalho antes da chegada das plataformas, porém não perdem de vista que o petróleo é um investimento necessário e essencial para a economia brasileira. Entretanto, afirmam também que o petróleo é um recurso reconhecidamente finito, diferente da pesca, que, além do mérito da antiguidade, trata-se de uma fonte renovável.

Não que nós sejamos donos do mar; mas nós buscamos peixe aonde? No mar. Então o pedaço que a gente tem para buscar é o mar. Não é nosso, mas é aonde nós temos. Então nós entendemos que a PETROBRAS ela explora o mar: perfura poços aqui ali, ali. E o que acontece? Cada vez que ela vai fazendo isso vai diminuindo nosso espaço”. (relato do presidente da colônia de pescadores de Cabo Frio, 2005)

Assim se legitima o direito dos pescadores sobre o mar no discurso das lideranças da pesca. Para os representantes do setor pesqueiro, este direito não é reconhecido nem pelos empreendedores do petróleo e nem pelo poder público.

O levantamento sísmico, feito pelos navios denominados na região de “chupa-cabra” aparece no discurso das lideranças como um dos principais “impactos” da atividade de petróleo sobre o setor pesqueiro. O desaparecimento de certas espécies como, por exemplo, o xerne e o peroá é creditado ao impacto da sísmica no mar. O presidente da Associação de São João explica, a partir da própria experiência como pescador, sua percepção do impacto causado pela sísmica no comportamento dos peixes:

(...) eu não tenho uma explicação técnica, mas o que a gente que pesca todo dia percebe. Encosta muito peixe alvoroçado, assustado. Você vai rodar com ele na

traineira e ele vem apavorado não sei de onde. Não tem motor que consegue segurar o peixe. No arrastão de camarão a gente sente também que vem uns peixes lá de fora. Às vezes aparece. A gente sente na prática que tem algo errado. O peixe vem correndo muito. Ele não pára, fica pulando, revira. Você vem e cerca ela. Agora quando ela vem revoltada não dá pra pegá-la. Agora, cação a gente não tem na costa. O nosso cação nós pegamos por fora da ilha de âncora. Só no verão é que ele vem da costa. E por conta disso há essa suspeita. Mas nós não temos dados técnicos. Nem cultura nós temos, pois não estudamos”.

Direitos às “Compensações Ambientais”

São feitas reivindicação de direito às compensações ambientais (inclusive definindo quais seriam elas) para todos os pescadores, por utilizarem o espaço marítimo e por serem os maiores prejudicados com as atividades ademais das possibilidades de acidentes ambientais. A princípio, percebe-se que as organizações de pesca não questionam a produção de petróleo, já que partilham dos valores da importância desta atividade para a economia nacional, com outros e majoritários segmentos da população brasileira. Não lutam contra esta produção, e sim pelo reconhecimento de que sua atividade está sendo “impactada” e que por isso merecem compensações.

Agem pelo reconhecimento de uma identidade coletiva dos pescadores e pela legitimação nesse campo de disputa ambiental e político de suas representações a respeito dos impactos do petróleo em suas atividades. Neste momento, não se torna tão estratégica a diferenciação entre pescador “artesanal” e pescador industrial como é feito em outras esferas de discussão (como com o IBAMA e a SEAP), já que se trata de uma luta conjunta considerando existirem também as reivindicações dos representantes desta categoria. A unidade contida no pescador dá mais força para a percepção de um “grupo” mobilizado e forte para os opositores no campo de disputa.

Porém, também há uma contextualização importante levantada durante o trabalho de campo, relacionada às diferentes estratégias de posicionamento das organizações de pesca em relação às discussões de “impacto” e “compensação” ambiental, refletindo um processo de conflitos internos entre essas. De acordo com a explicação de algumas lideranças, há na região uma prática histórica de ações individuais de colônias ou associações voltada para os pedidos particulares de apoio às

empresas petrolíferas, como doação de computadores, cadeiras de dentista, frigoríficos e outras que, segundo algumas lideranças, enfraquecem a imagem e não retratam um posicionamento político dos pescadores. Em contraposição a tais demandas particulares, forma-se uma estratégia diferenciada de ação direcionada para a conquista de reconhecimento de direitos dos pescadores pelas políticas de compensação ambiental, que se legitima pela apropriação das categorias técnicas ambientais institucionalizadas pelas políticas públicas.

A necessidade de repasse de *royalties* para a pesca é uma unanimidade no discurso das lideranças das colônias e associações. Os entraves legislativos que não prevêem recursos para grupos “impactados” e o descaso do poder municipal, que é responsável pela alocação destes recursos, são colocados como as grandes dificuldades deste processo.

São feitas críticas contundentes ao poder municipal que dizem respeito, principalmente, a utilização do dinheiro dos *royalties* em obras de “urbanização” ou “embelezamento” que muitas vezes acabam por prejudicar os pescadores locais. Não há registro de investimentos feitos com dinheiro de *royalties* em projetos voltados para a revitalização da atividade de pesca, ou na estruturação das entidades representativas em nenhum dos municípios pesquisados.

Tem municípios que investem em urbanização, que fazem melhorias por cima da cidade. E vem veleiros atraídos por este embelezamento e passam a ganhar dinheiro em cima daquele espaço que o pescador sempre tirou seu sustento. Ai a infra-estrutura que o município criou com o dinheiro dos royalties passa ser um problema para o pescador, porque não prevêem o número de veleiros que suporta cada lugar, o espaço que eles podem percorrer. (relato do coordenador da UEPA – campo 2005).

Algum dinheiro dos royalties chegou até aqui? Jamais! Dinheiro de royalties vai pra mão dos prefeitos. Vai para mão de alguns ministérios, mas para atividade pesqueira nenhum centavo. Mas através dos prefeitos e das secretarias... Não fazem. Pintam o meio fio, constroem pracinha, fazem eventos. É fácil. Eventos magníficos como Chitãozinho e Xororó, grandes astros da música brasileira... Mas o custo benefício que deveria voltar para aquele que é o primeiro prejudicado da atividade, não chega. (relato do presidente da FEPERJ, 2005).

A legislação brasileira relativa aos *royalties*, não prevê qualquer controle por parte das empresas de petróleo sobre a utilização do recurso. A empresa de petróleo paga os *royalties* a ANP (Agência Nacional do Petróleo) que o repassa para o município⁴. O município que recebe os *royalties* é proibido de suprir folha de pagamento com este dinheiro, e não há qualquer menção na lei que garanta que partes deste recurso devam ser destinadas a projetos para compensar grupos impactados. Os critérios de investimento desta compensação financeira ficam a cargo do poder municipal. As empresas de petróleo por não terem obrigações legislativas de intervir no uso do recurso, não querem se comprometer ou criar conflitos com as prefeituras e a ANP, por sua vez, não cumpre seu papel de agência reguladora.

Campanha pelo 1% dos royalties para a Pesca

São questionados por todas as lideranças pesqueiras entrevistadas os critérios de distribuição dos royalties adotados pela ANP. Sobre essa questão, tem ocorrido uma mobilização de todas as organizações de pesca do Estado Rio de Janeiro, “artesanais” ou não, para conseguir incluir na lei que define a distribuição desses *royalties* o repasse de 1% de seus valores a ser aplicado no setor pesqueiro. Inclusive, existe um projeto de lei de 1999 na Câmara dos Deputados que “altera dispositivos da Lei nº9478, de 6 de agosto de 1997, especialmente no que se refere à distribuição das parcelas de royalties excedentes e especiais, destinados aos Municípios para incentivar programas no setor pesqueiro”.

O discurso abaixo, demonstra a afirmação de um representante do sindicato de pesca do estado sobre a existência de impactos sobre a pesca, e propõe como estes deveriam ser compensados através dos royalties.

Eu, como pescador desde 1962, trabalhando em alto-mar nessas áreas hoje proibidas, corretamente, para a segurança das plataformas, acho que o artigo 49, da Lei nº9478/97, que fala dos royalties já devia ter mudado. Se a pesca está ameaçada de naufragar por falta de combustível, por que não usar o

⁴ Para compreender melhor os critérios de distribuição de royalties ver Loureiro (2004)

combustível que sobra das empresas que hoje ocupam as áreas de onde o setor pesqueiro tirava o seu sustento? (...) Não é possível que o setor pesqueiro, único (ou maior) prejudicado ainda não tenha recebido apoio das autoridades competentes para nos ajudar. Não queremos cestas básicas, auxílio-desemprego (a não ser aquele que a lei nos faculta através da CLT), apenas queremos trabalhar, e um entreposto nos ajudaria muito. Quem sabe um dia, aqueles que involuntariamente nos prejudicam nas áreas em que pescávamos não nos livre do naufrágio?⁵(...).

“Eu sou o Meio Ambiente”

Um aspecto interessante, identificado no discurso de alguns representantes de pesca, diz respeito às críticas destes a respeito do que é entendido geralmente pelo órgão ambiental e pelas empresas petrolíferas como compensação ao meio ambiente.

Em um relatório de comunicação social de dois empreendimentos da Bacia de Campos, verifica-se as seguintes afirmações: “Por que se gasta tanto com projetos como o Tamar, mas não apóia nenhum recurso dos pescadores?... Eu sou o meio ambiente”. Percebe-se uma percepção dos pescadores daquilo que Diegues (1998) aponta como o mito da natureza intocada, ou seja, não se pensa em políticas ambientais que englobem as populações tradicionais como os pescadores. Ao contrário, pensa-se que na idéia de conservação ambiental está implícita a ausência de interferências humanas.

A princípio, percebe-se que a demanda dos pescadores é relativa a introdução destes na política de

identidade coletiva por alteridade à noção e entendimento de que meio ambiente se reduz às faunas e floras “intocadas” pelo homem.

Diante das informações citadas acima se percebe um conflito sobre o que são considerados impactos da indústria petrolífera da Bacia de Campos sobre a pesca, e sobre as políticas de compensação ambientais implementadas pelas empresas petrolíferas e pelas agências e órgãos ambientais competentes.

Recentemente, alguns fatos demonstraram os resultados da mobilização dos pescadores, haja vista que suas reivindicações implicaram em discussões sobre a reestruturação das políticas públicas ambientais voltadas para a análise de impactos e compensações ambientais da indústria petrolífera sobre a pesca.

Em matéria de 14 de setembro de 2003, do jornal *O Globo*, intitulada “Petróleo faz a pesca definhar”, consta depoimento do ministro da pesca, José Fritsch, afinado com as reivindicações dos pescadores sobre a destinação de 1% dos royalties para o setor pesqueiro, inclusive destacando que pretende acelerar o projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata da destinação deste percentual. Além disso, as organizações de pesca também estão atuando na esfera judicial, implementando ações contra as empresas petrolíferas, como a ação que a Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (Feperj) moveu contra as empresas de sísmica que operam no litoral do Estado. Nesta mesma matéria é dito que o IBAMA e a ANP admitem que a pesca é afetada pela atividade petrolífera, mesmo assumindo que não existam levantamentos que especifiquem os danos.

Portanto, constata-se contradições entre o discurso da legislação ambiental e a prática dos órgãos estatais, que foram evidenciadas a partir dos discursos e ações dos pescadores organizados.

2.4 - Outras questões em evidência dos discursos das lideranças

A questão da saúde dos Pescadores

As questões de saúde relacionadas à atividade de pesca são ressaltadas nos depoimentos das lideranças pesqueiras. Demandas por equipamento de saúde nos municípios, a denúncia da contaminação de rios e afluentes em função de acidentes industriais e os problemas decorrentes diretamente das condições de trabalho são os principais temas colocados.

As lideranças de cobram do Poder Público Municipal e órgãos gestores da pesca uma melhor infraestrutura no atendimento médico local, diante da necessidade de mais médicos, dentistas, ambulâncias e hospitais, bem como de assistência médica especializada para a realidade do pescador.

(...) nós temos ali um posto muito do comum, que é difícil ter médico, tem uma dentista aí uma vez por semana, se não estou enganado, no máximo duas vezes e uma ambulância pra atender cinco mil moradores! (...) Às vezes eu pego o meu carro e vou socorrer à noite, fora de hora, principalmente pescadores por que chega no posto a ambulância não está ali, foi atender outra emergência, o cara lembra: “vou lá procurar Tico” e eu vou socorrer. Uma ambulância pra gente seria muito importante, não parece, mas, de repente em questão de minutos você por falta de atendimento perde a vida (...). (presidente da colônia de pescadores de São Francisco de Itabapoana, 2005).

Os municípios de São Francisco de Itabapoana e Atafona foram fortemente afetados pelo desastre ambiental causado no Rio Paraíba pelo descaso da indústria Cataguases, ocorrido em 2003. O presidente da colônia de Atafona relata que, além da destruição dos recursos naturais como o mangue, os rios, a saúde da população também vem sendo atingida em função da contaminação das águas:

Nós estamos tomando uma água cancerosa, nosso mangue está doente, nossos caranguejos estão doente, nossos peixes estão doentes. Qual a pesquisa que fizeram desde 2003? Nada! Veio aquela imundície da fábrica que inundou o nosso Rio Paraíba 4 meses, o mar atingiu, então eu digo a você que os nossos pescadores estão a maioria

deles com problema muito sério de saúde (...) (reato do presidente da colônia de São João da Barra, 2005)

Os problemas de saúde decorrentes das condições de trabalho na atividade pesqueira também são citados nas entrevistas. A falta de itens básicos para o desenvolvimento da atividade pesqueira, como roupas adequadas (macacões impermeáveis e luvas), a exposição acentuada ao sol que pode provocar câncer de pele e problemas de visão, o trabalho braçal e a ausência de conforto nas embarcações - que geram problemas de coluna e de audição devido à convivência por dias com os altos ruídos do motor - são fatores colocados pelas lideranças como as causas maiores dos problemas de saúde ligados ao exercício da atividade.

Hoje o pescador sai com uma roupa passando o maior frio possível, não tem condições de comprar uma roupa adequada, um macacão pra na hora de puxar a rede não se molhar todo. Não tem condições de comprar uma luva para puxar o anzol, às vezes você vê pescador com anzol enfiado nos dedos, os dedos todos atravessados de anzol (...). (presidente da colônia de pescadores de Cabo Frio, 2005).

(...) o câncer de pele que, efetivamente é esse, hoje, a grande preocupação nossa, que tem companheiros nosso do norte fluminense que está fazendo tratamento já há mais de cinco anos e não consegue ficar bom. Se parar a atividade também deixa de comer. Ninguém fala assim: você tem que sair daqui com uns óculos pra filtrar raio solar, você tem que passar... Agora tem essa moda de passar filtro-solar, mas pescador não sabe nada disso (...) um grande problema nosso também é o desenho que o barco tem. São embarcações pequenas que as acomodações são mínimas. Se a embarcação dele tem cozinha, ele fica curvado, se ele vai dormir, ele dorme com a perna encolhida, que a embarcação não dá pra esticar. O gelador, ele é afetado de uma certa forma, porque os depósitos são baixos, porque ele trabalha com gelo, então pode ter problema de coluna. O homem de máquina pode ter problema de audição. Ele está num espaço onde esse espaço não tem estabilidade, é instável. Ele está na água, então ele joga o tempo todo, tem um esforço imenso na sua estrutura” – (presidente da FEPERJ, 2005).

Precariedade de Infra-estrutura para Comercialização do Pescado

O preço do peixe identificado muitas vezes pela população do Rio de Janeiro como alto tem relação direta com a distância que existe entre produtor e consumidor. Isto ocorre pela desarticulação das etapas produtivas pesqueiras, encarecendo o produto e desvalorizando o trabalho do pescador que, por sua vez, se reflete também na qualidade do pescado e na falta de estatísticas - em função da dispersão do mercado, dificultando a gestão do uso dos recursos pesqueiros.

Os pescadores enfrentam dificuldades no momento de comercializar o pescado, que estão relacionadas basicamente à dependência econômica com os atravessadores e com a falta ou precariedade da infra-estrutura das organizações pesqueiras para a autonomia na comercialização.

(...) a gente é obrigado a chegar na beira da praia com o pescado e vender pelo preço que o atravessador resolve pagar e não aquilo que realmente vale o peixe a gente vende pro atravessador que muitas vezes fica duas semanas um mês sem pagar (...). (relato da presidente da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca de Itaipu, 2005).

Uma prática extremamente prejudicial para os pescadores, feita por alguns atravessadores da região, é a venda por “*maré completa*”. Trata-se da mistura de diversas qualidades de peixes, que deveriam ter preços diferenciados e que são vendidos por um só valor por imposição do atravessador.

(...) você chega numa canoa, você vai encontrar 1 garoupa, 10 espadas, 5 xereletes, 05 bardos, então vem uma mistura muito grande na canoa, então, a gente vende a maré completa, todos os peixes misturados por um determinado valor Nós gostaríamos de vender separadamente, cada peixe com o seu valor, mas infelizmente a gente não consegue fazer isso, tem que vender pro atravessador a maré, pelo preço que pagar (...).(relato da presidente da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca de Itaipu, 2005).

O que ocorre, segundo as lideranças, é um ciclo de dependência, resultado do processo de endividamento dos pescadores com os atravessadores. Sem dinheiro para investir, os pescadores recebem adiantamento de capital dos intermediários para viabilizar a estrutura para pesca, geralmente gelo e combustível, o que gera um compromisso na hora da venda do pescado.

A falta de estrutura para conservação do pescado é um dos impasses para uma melhor negociação com os atravessadores, que poderiam continuar a exercer suas atividades, mas com menor capacidade de imposição de regras na negociação, como relatado pelo presidente da colônia de Atafona: (...) *se você não vender o peixe estraga, tem que vender junta os donos de frigoríficos e botam o peixe no preço deles, você é obrigado a vender (...)*.

A demanda por infra-estrutura básica é uma constante no discurso das lideranças locais, representantes das colônias e associações. As necessidades são praticamente as mesmas como: frigorífico, fábrica de gelo, caminhão para transporte, bomba de combustível, cais e atracadouro, espaço para beneficiamento, terminal pesqueiro para desembarque com balanças para pesagem e estaleiro.

Direito de defeso para as mulheres

(...) já fomos em busca, foi um grupo grande até Brasília para ir em busca de uma solução desse problema nosso. De Arraial, Cabo Frio, Guaximdiba, Gargaú, São Francisco de Itabapoana. Tem um grupo grande com esse propósito de se reunir e ir buscar os direitos das mulheres”. (relato de uma liderança feminina de Macaé, 2005)

Atualmente, em reuniões promovidas pelo SEAP, como as Conferências Estaduais e Nacionais de Pesca, ou seminários realizados para discutir os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro⁶, não se fala somente sobre os direitos dos pescadores, mas destes em conjunto com o das pescadoras ou pescadeiras. Muitas já estiveram em Brasília, nas duas Conferências Nacionais da Pesca promovidas pela SEAP, reunidas para reivindicar a mudança na lei do defeso.

A principal reivindicação das pescadoras é o direito da mulher de receber o seguro-desemprego em época de defeso, já que a cadeia produtiva da pesca se insere numa unidade familiar que inclui o

⁶ Particpei em agosto de 2006 de um Seminário denominado “Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental” realizado pela Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, cujo tema das pescadoras teve ampla visibilidade. Estava presente neste seminário a primeira mulher presidente de uma Federação de Pescadores, no caso a de Recife.

marido que pesca e a mulher que trabalha no beneficiamento do pescador, como por exemplo, no caso do camarão que o homem pesca, e as mulheres - "descascadeiras" - descascam para venda.

A situação das mulheres que trabalham com pesca é relatada no depoimento uma liderança de Macaé, que se define como "descascadeiras" - aquela que descasca o camarão pescado pelo marido:

(...) a minha profissão é como descascadeira. Tem a desfiladeira, a marisqueira, a caranguejeira. Cada um tem uma função, nem todas são iguais. Então quando fecha a pescaria do camarão, os pescadores recebem 3 meses de defeso. E nós como estamos em luta..., eu mesmo vivo descascando camarão, então na época da desova eles não podem pescar porque está fechado e nós também não podemos descascar porque nós precisamos deles para buscar e trazer pra gente. Então precisamos também desse direito porque nós vamos ficar paradas como mulher de pescado (...). (descascadeira do município de Macaé, 2005)

2.5 – Conclusão

Os discursos e práticas das lideranças, num contexto de conflitos internos, no que diz respeito às suas disposições de luta, têm relação como vimos no Capítulo 1 com a busca de reconhecimento das mesmas enquanto sujeitos políticos atuantes na defesa de seus diferentes interesses, questão que se evidencia, principalmente, por seus discursos sobre as dificuldades enfrentadas pelo pescador em sua atividade, ocasionadas principalmente pela "falta de vontade política" dos governantes.

A "falta de vontade política" como vimos neste capítulo está associada a uma série de problemas enfrentados pelos pescadores gerados pela ausência de políticas específicas voltadas para os pequenos produtores que tem sofrido historicamente com a diminuição dos recursos pesqueiros, resultante da atuação da pesca industrial, da poluição, da falta de ordenamento e fiscalização, do aumento da atividade petrolífera; da falta de infra-estrutura e da ausência de benefícios específicos para este tipo de trabalhador, como para a saúde, segurança e outros.

Nas reivindicações de compensações com relação às atividades de petróleo, pudemos ver de forma concreta os problemas de ausência de políticas compensatórias para os pescadores e as questões de busca de reconhecimento por estes direitos. E para esta atuação, que é desenvolvida dentro de um campo de disputa ambiental, utiliza-se a argumentação de que os pescadores são o “meio ambiente”, dependente dos recursos marítimos assim como as baleias ou as tartarugas.

Capítulo 3 – As disputas existentes entre as organizações pesqueiras

Nos capítulos anteriores foi feita uma contextualização do processo histórico de formação das organizações políticas pesqueiras acompanhado das políticas públicas para o setor e dos principais problemas enfrentados pelos pescadores, que resumem as principais “bandeiras”, numa tentativa de demarcar um campo dinâmico de atuação das lideranças pesqueiras pesquisadas. Tentou-se apontar as questões em vigência nos discursos das lideranças, como representantes de uma “classe” que busca como tal reconhecimento pelo Estado.

Neste serão trabalhadas as diferenças e disputas internas das organizações desta “classe” de pescadores, analisando melhor os resultados da conquista de autonomia das representações e da criação de associações. De como foram sentidas e absorvidas tais mudanças, numa perspectiva de entendimento de transformação social processual e sem grandes rupturas objetivadas racionalmente.

Também serão discutidas algumas motivações das ações políticas das lideranças, enquanto ocupantes de cargos e espaços que conferem certos graus de poder e status locais, e de como isto é fonte de conflitos entre elas, visto a disputa de maiores ou menores prestígios sociais.

3.1 – A questão da autonomia na representatividade – algumas observações sobre o caso das organizações pesqueiras do Rio de Janeiro

Vimos no Capítulo 1 que o processo de mobilização dos pescadores que resultou na conquista da equiparação das colônias aos sindicatos dos trabalhadores rurais, abrindo-se, assim, possibilidades de modificação nos seus estatutos e para a liberdade de ações desvinculadas do controle estatal.

Porém, muitas colônias permaneceram funcionando segundo o antigo estatuto, podendo ter como associados não só os pescadores “artesanais” e “empregados” como a classe patronal, os armadores e seus prepostos.

Outras colônias mudaram seus estatutos definindo claramente as categorias que representam, como o caso da Colônia de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, cujo nome já é esclarecedor, “Colônia dos Pescadores Artesanais e Empregados de Angra dos Reis”. Os armadores pertencentes à classe patronal não podem ser associados a esta colônia, bem como os demais trabalhadores envolvidos nas indústrias de pescado e no mercado de comercialização, atravessadores, donos de peixarias, etc. Nesta colônia são realizadas eleições para o cargo de presidente que seguem as regras dos estatutos sindicais.

Pode-se perceber, através do relato do presidente da Colônia de Pescadores de Cabo Frio, uma distinção entre as categorias de trabalhadores da pesca que podem se associar à colônia, entre aqueles que vivem no regime de “economia familiar” - que são os considerados artesanais - e os que são empregados de uma indústria, em oposição aos empresários da pesca (“armadores” – aqueles que não vão para a pesca, mas somente são os donos de frotas de barcos). Além dos pescadores “artesanais”, esta colônia também representa os empregados da pesca industrial, mas não os armadores.

Pesq: Mesmo que ele seja empregado de indústria ele pode ser da colônia também!?

Ent: Pode e é, todos eles são da colônia. Isso não tem separação, né. Porque o dono do barco ele precisa do pescador. Então não importa, ele tem que estar filiado a colônia e pescar lá na indústria.

Pesq: E dono de barco?

Ent: Dono? Dono de barco ele não é pescador, ele é armador, ele é um empresário. Ele tem o documento de armador, portanto eles têm o sindicato deles também.

Pesq: Qual a diferença de um armador para um dono de uma embarcação?

Entr: Porque tem um pescador que tem um barquinho, ele pesca no barco dele, aí ele é pescador. Já o que tem uma frota de barco, ele bota pra pescar e só fica esperando o peixe. Esse é o armador.

Quanto à conquista do direito de livre associação, que resultou na criação de diversas associações na década de 1980, percebe-se que muitas foram criadas por oposição às colônias que permaneceram sob o regime do estatuto aprovado em 1973.

A diretoria da colônia que tem sede em Itaipu, por exemplo, não é formada de pescadores, são dos interventores que entraram a oito anos aqui na colônia e até hoje vem ganhando como chapa única, a meu ver isso é ilegal, a nossa associação é feita só por pescadores e família de pescadores, só comunidades tradicionais fazem parte dessa diretoria, a colônia não (...). (relato da presidente da Associação Livre de Pesca de Itaipu, 2005).

Essa conquista do direito de livre associação tem sido também utilizada por outros grupos formados por pessoas de fora da pesca, como um caso citado por Cardoso (2001) da criação de uma Associação de Pescadores na cidade de Paranaguá – PR, dirigida por um tenente reformado da Marinha que fazia oposição ao trabalho da colônia dirigida por pescadores.

Não podendo haver duplicidade de representação em um mesmo município, este fato gera uma relação complicada para a definição de representação legal dos pescadores junto aos órgãos regulamentadores do setor. Nos debates, os argumentos em favor das colônias giram em torno à questão de se sua legitimidade conquistada pela maior tradição junto aos pescadores, por isso, em muitos locais, essas foram mantidas.

O fato, porém de coexistirem colônias, sindicatos e associações gera alguns atritos na representação legal dos pescadores e interfere diretamente em questões como financiamentos, parcerias, entre outras, sendo, porém predominante as Colônias de Pescadores como parte do sistema de representação oficial da categoria. (Cardoso, 2001, p. 113).

A ALPAPI (Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca de Itaipu) do município de Niterói foi uma das primeiras associações formadas no Estado do Rio de Janeiro, após a conquista do direito constitucional de livre associação. Segundo o relato da representante desta associação, a criação de diversas associações livres em todo litoral do país foi fruto do trabalho de mobilização política realizado por Frei Alfredo, um representante da pastoral¹.

A ALPAPI como as associações livres que existem no litoral do país, foi criada, fundada com a ajuda do Frei Alfredo, na década de 80 e ele fez esse trabalho em todo

¹ Porém é importante destacar que esta foi a única entrevista cujo trabalho de Frei Alfredo foi citado.

o litoral do país, formando associações para que essas associações pudessem representar os pescadores no lugar das colônias que eram órgãos comandados pelo governo, e não tinham uma representação verdadeiramente da pesca(...). (relato da presidente da ALPAPI, 2005)

Algumas associações foram criadas para representar novas categorias de pescadores, que surgiam em virtude das influências das políticas ambientais introduzidas no país, como aqueles inseridos em Reservas Extrativistas Marinhas ou em trabalhos de maricultura, opção alternativa à extração. Este é um caso representativo no município de Arraial do Cabo no Rio de Janeiro, onde coexistem várias organizações pesqueiras como veremos nos próximos capítulos..

Outra particularidade existente na origem das associações diz respeito à territorialidade, visto que muitas surgem em função de conflitos espacializados com um certo grupo de pescadores atuante numa determinada área. Podemos citar, como exemplo, a Associação de Pescadores de Arraial do Cabo, a Associação de Pescadores de Manguinhos do município de Búzios e a Associação de Pescadores de São João de Cabo Frio, todas formadas na década de 1980.

A primeira, de Arraial do Cabo, foi criada em função de conflitos entre pescadores e surfistas na Praia Grande, uma das localidades do município de grande importância pesqueira (veremos melhor as motivações de criação desta associação no capítulo 5 desta dissertação). A segunda, de Búzios, representa exclusivamente os pescadores de Manguinhos e teve como motivação de sua fundação a necessidade de mobilização para impedir a tentativa de uma empresa de exportação de pescado localizada em Cabo Frio, a Brasfish, de instalar uma fábrica de gelo numa área utilizada pelos pescadores artesanais locais. A terceira, de Cabo Frio, foi criada para atender às necessidades exclusivas dos pescadores de Santo Antônio, localidade que se encontra às margens do rio São João, visto esta ser uma região mais isolada do centro do município distante da sede da colônia, o que dificulta o acesso dos pescadores até a mesma.

Existe toda uma discussão entre as lideranças de colônias e associações entrevistadas sobre a existência nos mesmos municípios destes dois tipos de organizações, e mesmo nos contextos estaduais e federais. De um lado, algumas lideranças das colônias afirmam que a existência das associações enfraquece o movimento dos pescadores por representarem interesses de grupos específicos e não da “classe” como um todo. Nos argumentos, percebe-se uma diferenciação do que

seria entendido como “trabalho político” em oposição ao “trabalho da classe”, sendo o primeiro caracterizado enquanto uma ação de interesse pessoal e o segundo do conjunto dos trabalhadores da pesca.

(...) Porque as associações elas são criadas por interesses políticos e aí elas fogem muito do trabalho das colônias. Porque a colônia ela tem um trabalho com a classe. E eles fazem um trabalho político. Porque se é um interesse político na hora de ir em defesa de coisa., o interesse do cara é puxado logo para ele(...) Porque as associações elas podem formar com dois pescadores. A colônia ela tem que ter 300. Segundo: forma-se uma associação com 30 sócios, o presidente da associação só responde pelos 30. A colônia não, ela tem uma abrangência muito grande; ela abrange: mar, rio e lagoa. E por isso nós somos federativos, porque as colônias são sindicatos, nós somos base sindical (...). (relato do presidente da colônia de Cabo Fio, 2005).

De outro lado, alguns representantes de associações apontam a necessidade de criação de outras entidades que não estejam vinculadas ainda aos “interventores”, presididas por representantes não vinculados à pesca e que por possuírem estes cargos exercem poder abusivo sobre os pescadores, atendendo somente aqueles ligados mais às suas relações pessoais ou que componham seu quadro político. Nestes relatos também se percebe a associação do termo político ao interesse pessoal.

(...) como se confiar num órgão como a colônia, onde o presidente faz sua própria política? Mal responde a quem precisa. Estive lá fazendo meu seguro desemprego e me disseram não pode porque está inadimplente com a Colônia. Como vou confiar num órgão que dificulta, faz uma política contra quem vive da pesca (...). (relato do presidente da Associação dos Pescadores e Mergulhadores de Arraial do Cabo, 2005).

(...) Eu tenho 20 anos de matrícula, embarco em alto mar, já tive um acidente em alto mar. Quando fui procurar a colônia ela estava fechada. Ninguém me ajudou, tive que pagar tudo e ser descontado. Tive que operar o dedo. Isso é nosso direito e no final das contas não temos direito a nada. A minha revolta com a colônia de Cabo Frio é isso aí. Isso faz seis anos(...). (relato do presidente da Associação de Pescadores de São João, 2005).

Na esfera estadual, a configuração das organizações também reflete um quadro desta disputa. No Estado do Rio de Janeiro existem três diferentes formas de organização dos pescadores “artesanais” com representação estadual: a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), a Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüicultura do Rio de Janeiro (FAPESCA) e a União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Estado do Rio de Janeiro.

A Feperj, única organização diretamente vinculada à Confederação Nacional dos Pescadores, é a mais antiga das três, englobando somente as formas mais tradicionais de representação: as colônias de pescadores. A gestão do atual presidente da FEPERJ já dura oito anos, dois anos iniciais por junta governativa nomeado pela Confederação Nacional num momento de “*transição*” e seis anos por mandato eleito. A junta governativa é um recurso utilizado para fases de reorganização, após crises políticas de uma diretoria, quando a entidade está fechada e vai ser reaberta ou quando está sendo criada. A federação, além de, segundo seu presidente, *assessorar as colônias, fazer controle, fiscalização, orientação, suporte jurídico, técnico*, tem o poder de intervir nas gestões das colônias em momentos de crise.

Pelo fato da FEPERJ representar somente as colônias, surgiram as outras duas organizações, a FAPESCA que engloba somente as associações de pescadores (foi possível verificar que atualmente, embora ainda atuante, possui pouquíssima visibilidade para o campo de estudo) e a UEPA, formada em 2004, que propõe a “união” de todas as formas de organização dos trabalhadores da pesca e que está atualmente com uma forte atuação dentro do setor.

Em consulta a uma dissertação de mestrado recentemente defendida no Museu Nacional - intitulada a “Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ. Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões”, de Deborah Bronz (2005) – é feita uma caracterização da UEPA, visto ser o líder desta organização um dos mais atuantes na questão de reivindicações de direitos às compensações das atividades petrolíferas. Sua fundação, inclusive, tem relação direta com as conseqüências das ações das atividades de petróleo, em especial da empresa Shell. Foi durante a realização de reuniões para a “comunicação social” da empresa que a UEPA foi formada, tendo inclusive a representante da empresa responsável pelo setor institucional da empresa, como uma “madrinha” da organização.

Bronz (2005) ao indagar os componentes da UEPA sobre as motivações que originaram a criação desta organização surgiu a questão do não reconhecimento das demais como representantes dos pescadores. Quando questionados sobre a existência da FEPERJ, responderam para a autora que *não se sentiam representados pela mesma, pois, além da Federação só englobar as colônias de pescadores e não as associações de pesca, cooperativas e congêneres, a FEPERJ tem dirigido mais atenção aos pescadores que desenvolvem um tipo de pesca não artesanal* (Bronz, 2003, p. 94).

Alguns representantes das associações também fizeram uma acusação clássica em relação a FEPERJ, como vimos na contextualização das disputas do setor, no sentido de que o representante de uma entidade não poder ser um trabalhador “de fora” da pesca.

(...) porém, hoje essas colônias são comandadas por uma federação. Elas não fazem nada se não falar com o Pugas (pres. da Federação) que nem pescador é. Era empresário de ônibus. Quem deu uma matrícula de pescador pra ele foi meu irmão quando era presidente da colônia Z-8. Hoje, criou uma cobra daquele tamanho. Se você pergunta a ele o que é uma pesca, ele não sabe (...). (relato do presidente da Associação do Rio São João, 2005).

Ao mesmo tempo, as algumas lideranças, em especial das colônias, classificam a UEPA como mais uma organização que reforça a não “união” dos pescadores, já que os posicionamentos de suas lideranças são muitas vezes contrários aos da FEPERJ, em situações que seriam importantes e decisórias para o setor como as Conferências Nacionais de Pesca realizados pela SEAP.

Percebe-se uma grande diferenciação dos tipos de organização – FEPERJ e UEPA, quanto às suas estruturas de funcionamento no que diz respeito aos valores mais modernos de democracia ou autoritarismo. As estruturas consideradas como centralizadoras da FEPERJ e de algumas colônias, bem como suas aberturas para intervenções e não obrigatoriedade da presença de “pescadores” em seus quadros administrativos são questionadas como continuidades de práticas autoritárias. Por outro lado, a abertura considerada “demasiada” da UEPA feita através do estímulo que esta entidade promove para abertura de associações “livres” em todos os municípios, é percebida como uma ação prejudicial para a “união” dos pescadores e que dá margem para formação de representações ilegítimas de não pescadores.

A UEPA, como “novo” tipo de representação do setor, se define como *uma entidade colegiada* e não tem a estrutura tradicional de diretoria composta por presidente, secretário, tesoureiro que rege as colônias e a federação estadual. Organiza-se em coordenações e seus administradores se dividem em coordenadores, mediadores e secretários. Outra autovalorização da entidade como ponto de diferenciação é o reconhecimento da necessidade do trabalho nas “comunidades”, e da garantia da “participação” desta, palavras estas chaves nos discursos das instituições políticas modernas.

Uma questão legal, que é o foco da UEPA hoje, é a participação da comunidade na elaboração das questões. Não só a gente dentro da UEPA tem percebido a importância da comunicação, como temos tentado levar isso para as comunidades (...). (relato de um mediador da UEPA, 2005).

Porém, tentando escapar de uma abordagem onde os grupos estariam em posições rígidas na estrutura social, propomos discutir a configuração contemporânea das relações de poder entre as diferentes organizações pesqueiras, bem como analisar os princípios tradicionais ou modernos que estão em jogo nas relações interdependentes entre estas e destas como os demais agentes sociais atuantes no setor pesqueiro. Desta forma, os discursos apresentados entre dois pólos ideais (colônias e associações) servem para dar uma base sobre as percepções das lideranças de “como” deveriam ser suas estruturas políticas e não de como na prática as ações ocorrem.

Sendo assim, verifica-se um posicionamento não estático das organizações pesqueiras nas suas ações, mas sim dinâmico, de acordo com as diferentes estratégias adotadas frente a situações de interesses diferenciados. Dependendo dos contextos da ação política, colônias e associações podem ou não atuar em conjunto, reforçando ora a unidade da “classe” frente a um órgão regulador do setor ou demais agentes sociais, ora a cisão entre os grupos, diante de possibilidades de interesses específicos.

Pode-se verificar que, em muitos casos, diante do IBAMA, SEAP ou empresas de petróleo está um grupo maior de pescadores, independente de suas diferenciações, com as mesmas percepções dos problemas enfrentados pelo setor e cobrando em conjunto uma ação para a melhoria da “classe”. Em outros momentos prevalecem os interesses específicos dos grupos, de colônias ou associações, relacionadas a grupos dominantes destas organizações.

Outra questão que reflete um processo dinâmico diz respeito ao rompimento de determinadas regras estabelecidas. Um exemplo é a questão de que os cargos administrativos só poderiam ser ocupados por pescadores, bem como de que só estes poderiam ser filiados o que, atualmente, vem perdendo força frente a novas demandas e condições de existências das organizações.

Podemos citar dois casos de estratégias de Associações, que foram instituições criadas em cima deste princípio. Uma, a Associação de Pescadores de Manguinhos, que introduziu a figura de um contador que nenhuma relação tinha com a pesca na estrutura administrativa: *quando assumi a presidência tiramos o vínculo do presidente e tesoureiro de manusear o dinheiro. (...) contratamos um contador que está na entidade até hoje.* Ele justifica a mudança: *Tudo vai da união e de ter transparência. Aqui também tivemos problemas só que entregamos a administração na mão de terceiros e aqui o sucesso é total.* E outra da Associação de Niterói, que como estratégia para conseguir recursos financeiros está fazendo uma reforma de estatuto para abrir nova filiação para pescadores e sócios-amigos (...) *que não tem direito a voto, mas tem direito a voz, e são pessoas que de alguma maneira se interessam pela Praia de Itaipu, pela pesca, pela tradicionalidade e que querem vir ajudar os pescadores nesse trabalho (...).*

Esta proposta atual de reestruturação da Associação, como recurso para contornar uma situação de dificuldade financeira possui o mesmo conteúdo de estrutura das colônias de pescadores previsto no estatuto de 1973 no seu artigo 6º, onde uma das categorias de associados eram os “sócios beneméritos, ou sejam, qualquer cidadão que for com tal título agraciado em Assembléia Geral da associação, por serviços ou atitudes relevantes em relação à classe não implicando essas condições na outorga de direitos, vantagens ou deveres”.

3.2 – A importância dos cargos administrativos como forma de poder local

Como veremos, a ocupação de um cargo administrativo das colônias e associações torna-se uma forma de poder local, visto que se configura como papel social carregado de *status*, honrarias, ou fornecedores de possibilidades para conquista de variados interesses.

As atribuições das colônias pesquisadas na região da Bacia de Campos estão relacionadas principalmente em torno da legalização profissional do pescador e de sua inserção no âmbito dos direitos e benefícios sociais. O conhecimento burocrático do quadro administrativo, dos caminhos e formas de acesso a tais benefícios torna-se fundamental para as lideranças. Sem estar documentado ou legalizado, não existe possibilidade de acesso aos seus direitos e, desta forma, estes só são garantidos com a ajuda dos dirigentes da colônia, o que lhes confere *status* social.

Os dirigentes utilizam a categoria “pescador documentado” para definir o pescador que está em dia com suas obrigações legais e que tem direito aos benefícios sociais existentes. Sem estar documentado, o pescador está (...) *excluído de todos os seus direitos, como o seguro desemprego, Previdência Social, aposentadoria, auxílio doença, mulher pescadora ou caranguejeira tem direito ao auxílio maternidade, um meio do pescador se assegurar pro futuro e também pra uma emergência com o seguro desemprego durante o defeso o pescador tem o direito de receber aquele salário durante o mês de proibição das pescas e se ele não tiver documentado ele não tem como obter os seus direitos (...)*, afirma o presidente da colônia de São Francisco de Itabapoana.

Outro foco de poder bastante questionado pelas associações está relacionada a existência de um regra prevista no estatuto da colônias de 1973 no seu artigo 20º, e que é seguida pela maioria das lideranças entrevistadas: que “somente os sócios quites com a colônia e/ou órgãos Federais e /ou Órgãos Estaduais ligados à pesca e tendo sua documentação devidamente atualizada, poderão tomar parte nas Assembléias e assinar o livro de presença”. O fato de que somente os pescadores em dia com as suas mensalidades com a colônia poderão receber seus benefícios é um grande foco de conflito.

Para a sustentabilidade das colônias de pescadores as contribuições, na forma de mensalidades ou anuidades, pagas pelos pescadores afiliados, segundo os dirigentes, são essenciais. Segundo o secretário da FEPERJ, o sistema de contribuição das colônias de pescadores é peculiar: (...) *a colônia é o único sistema sindical do país onde a contribuição é voluntária, é espontânea. Ela não sofre desconto em folha, não sofre desconto de sistema nenhum.*

Os valores variam de 4 a 15 reais mensais, dependendo da colônia e, mesmo sendo relativamente baixos, a queixa de inadimplência é recorrente, justificando-se esta pela crise econômica enfrentada

pelo setor: (...) a inadimplência é muito grande porque o pescador pesca pouco, a pesca artesanal, por exemplo. Então o pescador, tem dias que não tem o dinheiro, gasta o dinheiro em casa com a família e não paga a colônia às vezes. A mensalidade hoje é de quatro reais por mês, dá uma média de 48 reais por ano (...), afirma o presidente da colônia Z-8. Na Colônia Z-5 de Arraial do Cabo não é diferente, segundo o presidente: *Tem que estar em dia, mas a situação é tão difícil, muitos não pagam por falta de pescado (...)*. Na Colônia Z-4, de Cabo Frio, a situação é a mesma: (...) nós temos a inadimplência. Quase 90% não paga. É que a pesca hoje está muito difícil. Nem todo dia a gente pega peixe. A gente mata um dia e fica meio sem pegar (...).

QUADRO DE INADIMPLÊNCIA

Colônia	Valor cobrado	Nº aproximado de associados	% de inadimplentes
Z-1 (São Francisco de Itabapoana)	40,00 anualmente	1.100	-
Z-2 (Atafona)	60,00 anualmente	3.000	50%
Z-3 (Macaé)	5,00 mensais	1.300	84,6%
Z-4 (Cabo Frio)	15,00 mensais	3.400	88,2%
Z-5 (Arraial do Cabo)	5,00 mensais	1400	-
Z-8 (Niterói e São Gonçalo)	4,00 mensais	12.340	“inadimplência alta”
Z-19 (Campos)	5,00 mensais	1.800	-
Z-22 (Rio das Ostras)	5,00 mensais	150	50%
Z-23 (Búzios)	10,00 mensais	400	85%

Fonte: trabalho de campo 2005.

A contribuição é utilizada para manutenção da infra-estrutura das colônias, como pagamento de funcionários, aluguel de sede e para encaminhamento de documentos dos próprios pescadores para órgãos responsáveis como a Marinha, Previdência Social, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Cerca de 12% das contribuições é repassada pelas colônias à FEPERJ, que por sua vez, repassa metade deste valor (6%) para Confederação Nacional de Pesca. Desta forma, todo um sistema representativo é sustentado, em grande parte, considerando também alguns poucos casos de apoio do poder público ou privado, pela contribuição sindical do pescador: (...) *porque nós temos por*

estatutário, as colônias tem que repassar 12% de sua receita bruta para federação. E a federação no mesmo seguinte, ela tem o dever de repassar para a confederação 6%. Então o que a colônia manda de 12 eles divide e fica com 6 para federação e 6 para confederação(...), informa o presidente da Colônia Z-04 de Cabo Frio.

Segundo os relatos de alguns representantes das colônias, foram comuns as práticas de desvios de verbas por lideranças de gestões anteriores criando uma falta de credibilidade sobre estas instituições, afastando os pescadores das entidades:

(...) hoje está melhor. Os pescadores viam como uma arapuca e hoje, devido ao trabalho de algumas lideranças, isso mudou. A instituição começa a se fragmentar quando algumas lideranças utilizam esse espaço pra arrumar um emprego para os filhos, um encosto de um prefeito, e por aí vai. Eu conheço pessoas que já foram presas por falcatrua(...). (relato do presidente da colônia de pescadores de Rio das Ostras, 2005)

Tais tipos de acusações de abusos de poder para a realização de interesses pessoais são bastante recorrentes sobre as atuais gestões, tanto das colônias quanto das associações, com exemplificação de vários casos de filhos de lideranças que trabalham para a Prefeitura ou de verbas destinadas para o setor pesqueiro de um município que desapareceram, e por aí vai. As lideranças destas organizações possuem uma vasta relação de contatos com representantes do setor público e privado, o que amplia suas possibilidades de utilização de recursos para conquista de interesses específicos, sejam individuais ou de um determinado grupo. Isto pode reafirmar sua posição de *status* com os pescadores, na medida em que garanta a um grupo acesso exclusivo a benefícios que os de oposição, mesmo sendo pescadores, não possuem.

São por estas razões, também, que as colônias além de acusarem as associações de atenderem a interesses políticos ou particulares de um grupo específico de pescadores e de com isso desunir a categoria, reforçam a noção de que a colônia é a base sindical e representa a classe na federação, no sentido que estas entidades são as únicas que detêm o poder de assinar e pleitear os benefícios relativos aos pescadores artesanais como financiamentos, aposentadoria e outros. Este poder torna-se fundamental para um controle mais centralizado sobre os pescadores.

Porém, alguns representantes das associações apoiados pela UEPA iniciaram um movimento desde 2003, quando ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Pesca organizada pela SEAP, para acabar com esta situação, o que resultou, recentemente, na emissão de uma liminar em 2005 que garante às associações o direito sindical de representar a categoria, dando poderes para estas organizações de garantirem o acesso dos pescadores a seus direitos.

Um dos principais direitos dos pescadores que motivou grande parte deste movimento foi o seguro-desemprego, conhecido como “seguro-defeso”², que é um benefício concedido em função da proibição em determinadas épocas de se pescar certas espécies. Este seguro estabelece a obrigatoriedade do pescador de possuir um atestado de que é afiliado a uma colônia, mas não de que tenha que estar em dia com a mesma para poder obtê-lo.

Por esta razão explica um representante da UEPA o motivo de suas reivindicações: (...) *estamos brigando contra a posição de que só a colônia pode dar o atestado dizendo que o pescador pode receber o defeso, isso é inconstitucional porque ninguém precisa ser filiado a nenhuma colônia para receber o defeso (...)*. As associações também questionam a prática da colônia de só encaminhar o defeso de pescadores que não estão inadimplentes: (...) *estive lá fazendo meu seguro desemprego e me disseram: não pode porque está inadimplente com a Colônia. Como vou confiar num órgão que dificulta, faz uma política contra quem vive da pesca?(...)*. (relato do representante da Associação de Profissionais de Pesca e Mergulho de Arraial do Cabo, 2005)

Um fator agravante que ocorre quanto ao defeso, assim como também em relação a possibilidade de adquirir crédito pela linha de financiamento do governo federal – o PRONAF/Pesca -, é que o acesso a tais benefícios está sendo facilitado para pessoas não relacionadas ao trabalho da pesca, em função tanto da falta de um cadastramento de pescadores feito diretamente pelos órgão regulador, a SEAP, quanto das relações pessoais das lideranças tanto de colônias quanto de associações. Existe uma diferenciação que se faz entre “pescador de fato” em oposição ao “pescador de direito”, sendo

² Visto as condições de queda da produção pesqueira em virtude da prática da pesca predatória é criada em 1991 a lei de seguro desemprego para assistir financeira e temporariamente ao pescador profissional que exerce sua atividade de forma “artesanal” e fica impedido de pescar no período do defeso (período de proibição da pesca para preservação de uma espécie marinha ou lacustre). O benefício é concedido no período de proibição da pesca para preservação da espécie marinha ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros.

o primeiro relativo ao trabalhador de fato da pesca e o segundo que mesmo sem o ser tem acesso aos direitos.

(...) O pescador de direito nem sempre é pescador, por que qualquer um que não tenha a carteira assinada e vier ao órgão responsável, que hoje é a SEAP –, e se declare pescador ele vai ter uma carteira de pescador, e vai ter o direito de qualquer pescador. Já o pescador de fato, vive da sua praia, da sua pesca, do seu mar, ou seja, do pescado, do peixe ou do marisco, mas ele vive da pesca da arte de pescar; esse é o pescador de fato (...). (relato da representante da ALPAPI de Niterói, 2005)

Com relação às associações, o presidente da colônia de Cabo Frio reclama que estas entidades filiam pessoas que não são pescadores e comprometem as colônias que encaminham o defeso: *Tem presidente de associação aí que a família dele em peso recebeu o seguro do camarão e de sardinha.* Tal tipo de acusação também é feita pelas lideranças das associações com relação aos das colônias.

No período do trabalho de campo em Arraial do Cabo, presenciei o processo de conquista do seguro-defeso de uma pessoa que trabalhava no estacionamento de uma praia. Foi um representante de uma das associações dos pescadores desta praia que, por ser seu amigo, e querer lhe ajudar por passar dificuldades financeiras, assinou sua carteira de pescador embora este não o fosse. Também em Arraial do Cabo uma liderança de uma das Associações afirma:

(...) aí o cara paga a colônia, paga o INPS dele anual porque a gente como pescador, paga anual, e é pescador, aqui em Arraial do Cabo nós temos pipoqueiro, nós temos dono de bar, nós temos vendedor de gás, nós temos barco, e mulheres que fazem, que trabalham em barco de passeio que eu vi ontem, contatei ontem, ainda falei pra ela assim, eu não sabia que tinha defeso pra passeio, pra quem faz passeio, sabe, coisa que te revolta porque você que está no mar todo dia (...). (liderança da Associação de Pescadores Artesanais de Arraial do Cabo, 2005)

O poder que os dirigentes possuem de atestar se alguém é pescador “de fato” cria para estes prestígios locais e, muitas vezes, justifica suas lideranças por reforço de laços de solidariedade. Podemos então pensar um pouco mais sobre como se dão as relações de permanência de determinadas lideranças no tempo. Quais as razões de permanecerem no cargo por longo tempo,

como ocorre com a maioria das colônias de pescadores e parece ser esta também a tendência para as associações. Para entender melhor as motivações individuais e grupais quanto ao porque se associam politicamente, é fundamental a discussão sobre a relação de dominação dentro e entre estes, resultado de indagações relativas a “como” se constituem os grupos e o “porque” dos membros de determinados grupos obedecerem a seus dirigentes³.

O fato dos dirigentes possuírem conhecimentos especializados para exercerem tais cargos, que não se acumulam instantaneamente, mas sim na prática administrativa e política, de estarem dispostos a quotidianamente atuar nestes espaços, de possuírem tempo suficiente para uma ação não remunerada, exercem influências fundamentais para torná-los profissionais da política.

Tais líderes e ocupantes dos quadros administrativos atuam em determinados espaços públicos que exigem um conhecimento específico das regras normativas e pragmáticas que os constituem. Tem-se, então, como uma importante propriedade para se pensar a atuação de grupos sociais, o processo de aprendizado de uma linguagem, de um capital simbólico, de um conhecimento específico pertencente a diferentes esferas de disputa.

Destes conhecimentos específicos surgem as diferentes estratégias e táticas definidas e praticadas em condições determinadas por espaços onde estas são exercidas. As regras do jogo precisam ser conhecidas pelos seus participantes, tanto aquelas relativas a uma “ordem” instituída quanto aquelas pertencentes às brechas normativas para que possam ser acessadas para a disputa.

Uma exemplificação da importância deste conhecimento diz respeito ao fato de que muitos dirigentes de colônias conseguem reverter um quadro negativo para si durante as eleições, através da utilização de instrumentos burocráticos previstos nos estatutos e regimentos internos da instituição, que seus oponentes não dominam. Ou acionam a intervenção da Federação no processo, como ocorreu, por exemplo, nos municípios de Búzios e Arraial do Cabo.

³ Uma das principais contribuições teóricas para o entendimento desta questão foi o fato de se trabalhar na perspectiva da dominação como relação. Weber em “A política como Vocação” afirma que a legitimidade de uma dominação supõe inter-relação e conceitua dominação como relação. Simmel, em “Supeordination and Subordination” trabalha com a dimensão da escolha dos indivíduos, apontando diferentes instâncias de negociações e poder dos subordinados.

No primeiro caso, a estratégia de intervenção foi a de articular com um grupo opositor ao quadro mais tradicional da colônia de Búzios (este pertencente ao domínio da Federação), como gestão interina, o que foi aceito. Porém o que este grupo desconhecia, era que por ser interino não poderia concorrer como chapa para as próximas eleições, o que garantiria a vitória do antigo grupo por falta de chapa. No segundo caso, foi divulgada entre os pescadores a não obrigatoriedade de se estar em dia com a colônia para ter poder de voto e, com cerca de uma semana de antecedência, houve uma intervenção da Federação mudando esta situação, o que garantiu a vitória da chapa antiga favorável à diretoria da FEPERJ.

3.3 Conclusão

A possibilidade de reestruturação das colônias, aberta a partir da Constituição de 1988, não significou necessariamente a modificação nas formas e regras de funcionamento destas organizações. Tal possibilidade não foi utilizada por uns, que mantiveram em seus cargos administrativos os “interventores” sem vínculos com a pesca, e ao mesmo tempo foi aproveitada por aqueles que mudaram seus estatutos para diferenciar as categorias de trabalhadores da pesca, como vimos no caso da colônia de Angra dos Reis.

Assim como esta possibilidade não significou uma ruptura imediata, a de formação de associações também conquistada apresenta a mesma característica. Pôde-se perceber que no discurso “ideal” da função das associações, de “como” devem ser, há um entendimento destas como espaços para atuação de pescadores de “fato” e não de pessoas de “fora” da pesca e de que seus cargos administrativos só poderiam ser ocupados por pescadores. E como vimos, foram criadas associações de grupos de “fora”, assim como, ao longo do tempo, tais posturas foram sendo flexibilizadas, visto o estabelecimento de estratégias que visaram a inclusão dos de “fora” para a garantia de funcionamento e continuidade destas organizações.

As principais disputas em torno de maior ou menor legitimidade de representação dos pescadores das colônias e associações estão relacionadas com as percepções “ideais” de “como” deveriam ser cada uma destas formas de organização. Para os representantes das colônias estas são mais legítimas pela força da tradição e por representarem a “classe” de trabalhadores da pesca de forma não segmentada, como no caso das associações, que como vimos são formadas em muitos casos

para representarem grupos específicos de pescadores, seja por tipo de pesca, ou por um território como de uma praia ou outra ou para a resolução de um conflito específico. Para os da associação há a necessidade de ruptura com os “interventores” e a necessidade de garantia de direitos para todos os pescadores independente de estarem ou não em dia com as mensalidades das colônias, já que estes não precisariam estar obrigados a isto para exercerem seus direitos.

Ocorre que vimos que o “ideal” não é o que acontece nas práticas sociais, nas ações concretas destas organizações. Representantes de colônias ou associações, dependendo das configurações sociais locais e diferentes interesses específicos praticam uma ou outra ação considerada mais legítima ou não para ambos os “idéias” de ambos os tipos de organizações.

Vimos também que os conflitos entre as lideranças estão relacionadas com as possibilidades de possuírem, no exercício de seus cargos nas organizações, maiores influências nos poderes locais. Pudemos perceber a importância das relações pessoais para a análise das diferentes atuações no campo político destas lideranças, através da análise da importância dos cargos administrativos como forma de poder local. Os prestígios e status sociais são conquistados pelas lideranças, que exercem uma dominação política, pela garantia de acessos a benefícios para aqueles grupos de suas esferas mais pessoais.

Sendo assim, percebe-se a complexidade das relações de poder, tendo-se que considerar para uma determinada análise política, propriedades como as relações pessoais que estão interagindo com aquelas consideradas como próprias ao seu campo. Como vimos, as múltiplas possibilidades de ação em virtude de variadas situações de interesses, os processos conflituosos correspondentes a cisões e unificações de grupos são questões que, junto com as demais, conferem uma abertura de análise que é fundamental para a percepção do que está em jogo em determinado campo de disputas.

Capítulo 4 – O Estudo de Caso em Arraial do Cabo

4.1 – “Lugar de pescaria”

A imagem de Arraial do Cabo, até os anos de 1950, esboçada por seus moradores, é a de um vilarejo de pescadores que se articulava debilmente com o mercado extralocal por vias de acesso muito precárias (...) os pescadores registram em sua memória social as dificuldades enfrentadas nessa época para venda e transporte da produção da pesca para outros centros de consumo, o que era realizado por barco ou pela Praia do Pontal, que liga Arraial do Cabo a Cabo frio, por onde os tropeiros escoavam os fardos de peixe salgado com destino aos mercados de Campos e Niterói.

dos que não sabiam ler e se cansaram de funções subalternas e de patrões. Na pesca, a arte de saber pescar lhe assegurava um lugar em uma companhia, onde ele não teria cartões de ponto para controlar sua entrada e saída entre muros, mas o céu, o mar e as areias da praia.

Pesq. – *Trabalhou?*

Ent. - *Trabalhei. Só que na Álcalis eu trabalhava lá e vinha pescar depois da hora. Depois arrumei minha posição, saí da Álcalis, montei minha peixaria e comecei a trabalhar pra mim mesmo.*

Pesq. – *Muita gente que trabalhou na Álcalis? Muito pescador?*

Ent. – *Quase todos. Depois de cinco horas que saía pra pescar. Depois de cinco horas. Dava a hora, cinco horas, preparava os náilons em casa, os anzóis e tudo e tomava o café e vinha pra pescar.*

Pesq. – *E hoje em dia?*

Ent. *Hoje até a Álcalis está difícil. Cortaram muita gente. Cortaram na base de 80% da Alcalis, sobrou 20% dos funcionários que tinha antes. A Álcalis parece que tinha dois mil e poucos funcionários, hoje deve ter uns 300 e poucos, 400..” (*

)

status

(...) quando a Álcalis veio pra aqui chegou a ter três mil e quinhentos empregados, disse que ia acabar com a pesca e a Álcalis está se acabando e a pesca está aí. Mantendo Arraial do Cabo, e se não tiver pesca em Arraial do Cabo, o comércio fale, fale os bares, fale tudo. O comércio de Arraial do Cabo gira enquanto a pescaria está boa, o pescador gasta. O pescador não tem esse negócio de economizar não. Ele gasta mesmo. Ele vai pro mercado ele compra à vontade, ele vai no bar ele bebe, quando a pescaria está boa ele quer a bebidinha naquele momento, tem uns que gasta até tudo. ().

4.2 – Lugar de Pesquisa – Arraial do Cabo como um “laboratório” de pesquisa

O Arraial também é descoberto nestas décadas (50 e 60) por cientistas sociais, interessados em acompanhar de perto o processo de industrialização, posto que na época este tema se apresentava como obrigatório para a antropologia, enquadrando-se na categoria de Mudança Social. A preocupação era desvelar o ‘impacto da tecnologia’ sobre as ‘culturas tradicionais’, sobre o pressuposto da ‘aculturação’ (Foster, 1964, p. 13-19) na análise dos estudos referidos às relações de contato.

A cobrança da troca – Conhecimento como patrimônio

4.3 – “Pescadores e Pescarias” em Arraial

Pescaria de “Canoa” – “acordo entre cavalheiros”

status

é mais uma coisa de respeito pela pesca artesanal, né? Coisa que vem de berço. E é uma pescaria artesanal de verdade, entendeu?

Na Praia Grande cada par é um par de canoa que pesca. Pesca de vinte e um e vinte e um dia (...) porque ela tem vinte e um pares de canoa. Isto é um acordo entre cavalheiros e tal que todo mundo respeita. Se respeitam, e todo mundo sai num dia certo (...). (

Da Anchova à Espada – reflexos das quedas na produtividade pesqueira

Pescador que é pescador, antes, no sábado e domingo ele não pescava. Hoje já vai sábado, domingo, feriado, vai direto pra ver se arruma alguma coisa. Principalmente os pescadores que têm família. Vai de segunda à segunda

pra ver se sai alguma coisa pra um feijão, pra um arroz, pra uma compra, alguma coisa. Pro leite pras crianças entendeu? E assim vai a vida da gente aqui (...).

Espada hoje é a sobrevivência daqui, entendeu? Porque o resto do peixe, o peixe que dava aqui na nossa região, a anchova, o xerelete, xaréu, não existe mais. Não tem mais”.

la

começou bem, morrendo muita coisa, era duas, três, quatro toneladas por dia, toda à noite. Agora ela deu uma mudança, ela mudou muito, mudou porque é muito barco, muito espinhel muitos arrastões aí, ai atrapalhou um pouco a pescaria (...).

jet-skies

(...) antes era de setembro a dezembro, hoje como o turismo entrou em Arraial do Cabo, espantou, mas não é o turista que toma banho na praia, é os turistas que têm aquela posição alta, que eles botam lancha, eles botam caiaque, como é aquela c...

um peixe que dá o ano todo',

Pesq. – Jet-ski.

Ent. – Jet-ski. Roda tudo isso aqui ó. espanta tudo.

Pesq. – Espanta?

Ent. – Espanta. Peixe formado não pica. Peixe formado ele vê aquela correnteza da lancha ele apaga e some tudo.

Pesq – Peixe formado?

Ent. - É. Peixe formado é assim. Porque peixe quando vem de fora, de fora pra cá, pra beira da praia, ele quando ele vem na comedia, não espanta, comedia e quando ele vem batendo, quando ele vem naquela forma vermelha, a gente trata que forma, formada, o cardume formado, quando ele vê uma lancha qualquer coisa, ele apaga e acabou, vai embora, não volta mais (...).

Um pouco sobre os pescadores e a estrutura social da pesca em Arraial do Cabo

meu filho não vai ser pescador

pulavam

o muro da escola para pescar

por falta de opção

(...) aí separa um pra gente, separa pra dar pra galera, pra quem ajudou. Entendeu, né. Você sabe que hoje a dificuldade é tão grande. Eu sou pescador, eu to de frente aqui, e tem a rapaziada que trabalha comigo, então, é o seguinte. Tem a turma que ajuda. Eu sei que as vezes não tem uma carne, não tem um legume, não tem nada pra comer, então é o seguinte, vem aí na praia, pra trazer um peixinho, entendeu como é que é? Então, matando ou não, eu sempre dou um peixinho pra qualquer um, ta me entendendo?

se quiser peixe caia no mar para pescar, que aquele peixe foi pescado pelos pescadores e eles que decidem quem merece o peixe ou não

(...) foi uma financeira na casa dele, um banco, com esse contrato e dentro daquele prazo, se ele não tivesse o dinheiro pra pagar, o banco ia tomar, ia tomar a conta, a casa dele, aonde ele ia morar que eu não sei, mas como naquela data existia muito peixe, deu pra ele conseguir; mas hoje, minha irmã, hoje não está dando mais, hoje a gente não tem mais aquela garantia de chegar num banco e tirar um dinheiro porque ele está sujeito a passar vergonha, e está sujeito até ele perder a casa onde ele mora. Ainda agora um filho meu queria tirar um dinheiro, eu disse, ó meu filho, eu acho bom você guardar, não tira não porque o papai não tem dinheiro pra ajudar você, eu tenho uma casa, de repente o banco vem e está sujeito ele levar a sua alma porque você não vai ter dinheiro pra pagar, né, ele vem mesmo, ele vem mesmo. Então é isso né, e hoje, pra gente, pescador, não está fácil não (...).

Eles me chamaram, eu não queria, aceitei, ganhei a eleição, ganhei a eleição dormindo em casa. Amanheceu, aí levanta, levanta você é vereador, que vereador rapaz?...Quando eu ganhei a eleição eu comprei logo um carro zero pra mim. Muitos amigos meus, pô sua vida ta crescendo. Eu levei 54 mulheres pra operar em Rio Bonito, tem que ter um carro novo pra levar. Eu mesmo levava, gastava às vezes do meu bolso, esperava pra trazer... Muitos exames, muito remédio, arrumei muito emprego. Botei duas firmas pra trabalhar, não minha, mas eu dei pros meus amigos (...).

4.4 - Quando a categoria “artesanal” ganha significado político - a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) em Arraial do Cabo

Plano de Utilização são regras de convivência na verdade, estabelecidas pelos próprios pescadores através de assembléias para saber quem pode fazer o quê e aonde dentro da Reserva

quando se criou a reserva aqui, os próprios pescadores resolveram abolir um tipo de rede que é permitido em outros lugares, é a rede de monofilamento de nylon, é uma rede de malha e o peixe não consegue fugir, é mais predatória que a rede de seda, a rede de seda o peixe pára, mas o cardume passa, é menos predatória

o fato é que em Arraial do Cabo as pescarias de cada praia e cada arte de pesca estão associadas a um universo de socialização particular, Isto se

reproduz tanto no Plano de Utilização quanto na dificuldade – quase uma impossibilidade até o momento – de uma ação coletiva duradoura (...)

Durante uma conversa com um grupo da Praia Grande, julguei haver temas de interesse comum para os pescadores de todas as praias, tais como o beneficiamento do pescado e a busca de meios de comércio e de conservação dos produtos da pesca que forneçam alternativas à dependência dos “atravessadores”. Tal conversa derivou para a questão da organização dos pescadores e sua participação nas entidades representativas, ao que um pescador da Praia Grande afirmou:

Aquele povo lá da Praia dos Anjos não quer saber de nada de meio ambiente não. Eles só pensam é neles mesmos. (...) Isso sempre foi assim, eles sempre se acharam os melhores, os bons. (...) Nunca tentei [buscar dialogar com eles], mas sei que não adianta, outros tentaram e não deu em nada.’ (pescador, 43 anos).

Em outra ocasião, reunido com pescadores da Praia dos Anjos em que, como representante do IBAMA, ratificaria a construção de um acordo sobre direitos de vez, levantei o mesmo assunto. De maneira semelhante, houve certa resistência à busca de uma agenda comum a todas as praias:

*Esquece a Praia Grande, a Praia Grande é outro departamento. (...)
Nos debates deles nossos assuntos são sempre os últimos, eles só
estão interessados nos problemas deles mesmos.’ (pescador, 33
anos)*

Alguns conflitos existentes atualmente na reserva

Tinha fiscalização. Tinha vários fiscais colaboradores. A reserva trabalhava em prol de uma coisa séria, inibindo os arrastões, prendia barco, notificava. Existia um lei que os barcos de outras áreas só podiam pescar de 8 até 2 da manhã. Muitos barcos não podiam pescar nessa área. Hoje não tem esse negócio. O cara entra a hora que quer, como quer. O que está faltando é fiscalização (...).

A questão da reserva, para gente, no começo foi ótimo. No inicio ela funcionava, mas hoje em dia a gente ouve falar que não tem recurso. O Ibama não tem recurso, o gerente da reserva não tem recurso para protegê-la. Se não tem proteção não adianta ter. Precisamos de fiscais na reserva. Muitos invasores, até de fora. Barco grande de 20 toneladas. Ela funcionou bem durante uns quatro anos e meio (...).

é uma situação complicada em termos de manutenção administrativa, física e pra pôr a Reserva pra funcionar como deveria. Fiscalização, captura, equipamento (...).

Hoje nós estamos vendo barcos industriais entrando na reserva, descarregando no porto, dois arrastões enormes, acabando com a área da reserva, dentro das 3 milhas, que é a área de proteção. Você vê traineiras de outras localidades, Jurujuba, Niterói. A questão da pesca de mergulho. A questão da pesca industrial de polvo com covas, já tem afetado aqui dentro da reserva. A questão da reserva é falta de gerenciamento. O primeiro culpado é o Ibama, os órgãos municipais também podem fazer essa fiscalização, e também a comunidade. Só que, mediante essas denúncias da sociedade civil, existem companheiros que estão sendo ameaçados de morte. E quando denuncia,

a informação de quem denunciou vaza e no outro dia já ligam para a pessoa ameaçando (...).

Aí vieram os “tubarões” do turismo

O peixe quando ele vem, ele vem viajando, então ele pára pra aonde? Nos costões né (...) para se abrigar e pra comer né. Pra se alimentar e pra descansar (...) o peixe ele tem uma rota, antigamente ele vinha, ele descansava, ele desce ali, ele desmandava, ele sai de um lugar pro outro... porque os peixes não passa né, não chega, então a gente tem a maior dificuldade por isso, porque tem a ilha né, o peixe vem, porque tem uns que espantam o peixe, muita gente mergulhando, espanta porque o peixe sente o cheiro, tem peixe que ele sente o cheiro da rede, se você jogar uma rede aqui aí ele não passa uns dois, três dias aqui, entendeu? a pesca de tainha de linha era maio, junho, julho, agosto e setembro. Tainha. Era maior a pescaria. Por quê? Porque se tornou uma praia de banhistas. A gente não era. Agora tem cheiro de bronzeador, de protetor, e o peixe parou de passar (...).

eles acham que nossa rede é uma coisa feia (...)

querendo tirar nossa gente daqui, pressionando o prefeito, pressionando as autoridades, pressionando os vereadores, querendo comprar todo mundo. Porque eles acham que a nossa rede é uma coisa feia. Feio, o turista não gosta, feio. Se a vida toda o turista sempre gostou de chegar ali, perguntar, sentar e bater foto. Fazer reportagem. Que o meu pai tem 85 anos e conserta rede, seu Alemão tem quase oitenta e conserta rede. Faleceu seu Jagunço, faleceu tem cinco meses. Também consertava a nossa rede, outro senhor o Zico, também com setenta e poucos anos lá consertava a rede, então essas pessoas quando chega a Veja e várias revistas, sentava e conversava, fazia reportagem com todo mundo

4.5 Conclusão

Capítulo 5 - “Cada um puxa mais para sua sardinha” - As organizações pesqueiras de Arraial

5.1 – As Organizações Pesqueiras de Arraial do Cabo e suas Lideranças

pescadores *população tradicional*

(...) o caso da reunião, né, que você acabou de falar agora, lá uma vez ou outra eu participo. Quando tem o meu tempo. Você está vendo, amanhã, eu tenho uma canoa no pontal então eu já vou pescar amanhã no pontal. Se no caso tivesse uma reunião, eu já não tinha como ir. E no domingo eu pesco aqui na Prainha. Então, ta vendo como é que é? Então, eu sou muito ocupado, apesar que não tem matado nada, mas a gente vai pra lá e vai pra cá, entendeu? A gente procura onde está dando. ta entendendo como é que é? Pra ver onde é que... às vezes mata um pouquinho lá e mata um pouquinho aqui, dá pra mim ganhar alguma coisa. A gente vai pra lá e não mata nada. Mas a gente não deixa de correr atrás não. essa é a nossa profissão (...).

Colônia de Pescadores Z-05

Agora, uma coisa importante, isso aqui é o regimento interno da colônia. Naquela época eu vou mostrar alguns trechos aqui engraçados pra você. Aqui, 1921, regimento interno, pra você ter uma idéia do quê que fala aqui ó. A preocupação deles, nessa época, é com a pesca predatória. Quer ver o que fala aqui? Aí já havia primeiro um respeito entre eles. Aqui fala poderão, perderão o direito de seus quinhões, ou seja, a pessoa que não viesse pescar e não apresentarem nenhuma comprovação de que estava doente, então ele perdia o direito,... o nosso linguajar aqui é o quinhão, aquilo que pertence à canoa onde tem gente que, que trabalha com nove pessoas tem mais seis quinhões de proprietários, então faz quinze, então o peixe que desce dividia por quinze. Então, aqui eles fala o seguinte: tinha um local na praia grande que se chamava mata, que ninguém nos meses de Novembro e nos meses de Julho a Novembro poderia passar daquele lugar, embora tivesse um bocado de peixe do outro lado do mar, aquilo poderia secar, é a mesma coisa que o sinal, fechou o sinal você não pode passar, pode?

Pesq. – Não.

Ent. – Então era isso. Aí era isso de que nos meses de Junho e Julho até Dezembro não podia, por quê? Porque esperava o peixe aqui no canto. Aqui tem outra coisa pra.

Pesq. – Isso pra deixar ele crescer?

Ent. -É. é. Aqui ó, o pai que não corrigir seu filho sobre a vadiagem... nas praias, deixando o abandono, deixando e abandono... e matriculado na escola primária criada... tá vendo aqui, não é criada não, criada e não obrigar a freqüentar as aulas no exercício sem motivo justificado serão multados em 200 mil reais, 200 mil, 200 mil réis. Aqui o réis é porque na época era contos de réis. A multa. Aqui tem outro atrativo aqui. Todo pescador que transportar, vender, ou destruir de qualquer forma, peixes ou moluscos ou crustáceos que não estejam nas dimensões legais e em tempos de desova perderá a pescaria e pagará 200 mil reais de multa. Já naquela época eles estavam preocupados com a reprodução.

(...) É... fui eu... é... eu peguei como interventor, eu precisava de oito assistentes mais quatro nomes, eu peguei, juntei e tive a ajuda de alguns companheiros e depois quando fez um ano a federação, que é o responsável, que nós somos filiado à federação na colônia, então, é... a colônia, a federação então colocou uma junta governativa. A junta governativa foi eu, foi Jorge Fernandes, eu não me lembro, já faz tanto tempo já (...).

Associação de Pescadores de Arraial do Cabo – APAC

surf

estão em dia. Nós cobramos 10 reais de matrícula e 4 reais de mensalidade. Cobrar eles cobram muito, mas o dever..

*se a gente não vai lá cercar o cardume, por
quê as traineiras pode abusar, então nós acabamos com isso*

A UEPA nos ajuda muito. Hoje a proximidade com as autoridades foi a UEPA que nos trouxe.

nós queríamos divulgar a pesca da lula, na época do início da reserva, e então, surgiu a idéia do festival”.

às vezes o custo do festival é tão grande que não tem lucro”.

Associação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo - AREMAC

Ent. – *Eu falei pra ele, isso na cara dele, ó, isso é coisa de maconheiro, eu não acredito. Entendeu?*

Pesq. – *Por quê é coisa de maconheiro?*

Ent. - *Porque tinha um grupo entendeu? que era muito voltado a esse tipo de coisa sabe, de natureza. Mas um grupo que eles só voltavam pro lado da natureza e não faziam nada. Entendeu? Então quando você está descrente, então tudo que vem você fica com o pé atrás. Essa era a situação nossa antes da reserva. Com a reserva não, a gente adquiriu poder. A gente era o quarto poder do município.*

(...) eu quando assumi a AREMAC, eu fiz parceria com a colônia, com todos... com todas as entidades que a AREMAC havia brigado, que ela brigava com todo mundo (...) eu fiz parceria com todo mundo

O estatuto foi feito, nós mudamos o estatuto agora né. No ano retrasado. Porque o conselho fiscal ele daria direito a três anos. E o presidente ficaria dois. Só dois. Então o quê que a gente fez? Pra adequar tudo, botamos três pro presidente e três pro conselho fiscal. Todo mundo fica garantido (...).

“Os fazendeiros do Mar” - Associação de Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo – ACRIMAC

(...) antes da maricultura aqui, o pessoal vivia da pesca e tinha uma comunidade que vivia da coleta nos costões. Na verdade a comunidade que extraía do costão foi obrigado a cultivar. Porque eles perceberam que arrancando sempre do costão um dia isso ia acabar. Nessa área aqui que não tem muitos empregos você não pode derrubar uma fonte de trabalho. Porque ai você vive de quê? A única alternativa foi essa, a cultura”(...)

(...) Era cerca de 40 associados e aí o quê que aconteceu com essa associação? Eh, eram pessoas muito humildes. Que, com muito pouca instrução, né, tiveram muito pouca oportunidade de formação né, e de repente eles se vêem com 300 mil reais na mão, e na minha opinião pessoal, o que aconteceu não foi roubo, não foi desvio de verba, foi simplesmente má administração, empolgação com aquele recurso. Porque eles compraram todo o material que estava no projeto. Compraram lanternas, cordas, dois barcos, um carro, alugaram uma, uma casa pra ser a sede da associação, se estruturaram (...).

Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo

*então a gente precisa
do nosso espaço, porque senão o pessoal vê só o lado do marisco, o lado da canoa, o lado do bote,
e esquece que tem outra classe também (...)*

Pesq. - *Então me fala um pouco como é que você aprendeu. Como é que você chegou a mestre...*

Ent – *Ah, legal. Essa pergunta é legal. Eu trabalhei uns quinze anos. Na verdade, desde os dez anos eu vou ao mar com o meu pai. Eu ia pra ver quando criança, aí fui gostando, gostando, gostando.Aí eu pescava, estudava de manhã e pescava de tarde pra de noite. Vinha arrasado né, derrotado né. Mas pescava. Aí comecei a aprender, a aprender, aprender. Aí comecei a me interessar, curiosidade, a mexer no motor, aí eu comecei a ver como é que meu tio trabalhava com a sonda. Aí eu comecei a conhecer as marés, com 16, 17 anos, comecei a conhecer maré. Porque aqui é o seguinte: cada pontozinho que nós temos dentro d'água às vezes numa enseadinha pequena a maré faz diferente. Então você tem que ir conhecendo né, pra você não botar nem a sua vida em risco, nem da tripulação nem do material que você tem. Aí eu fui aprendendo com eles, fui vendo, fui aprendendo como é que se larga uma rede no peixe.É, e fui vendo, fui aprendendo assim, é, com humildade né, a gente foi vendo, aí quando tinha 18 anos, quando eu estava com 18 anos meu tio adoeceu um pouquinho, teve pneumonia. Alan, você se garante? Me garanto. Aí comecei, comecei.*

Pesq. – *E qual foi a sensação da primeira...*

Ent. – *Do primeiro peixe...Ah, você sente assim. Pô, legal, eu sou o cara...*

(...) Quando não se tem canoa, é quando os pescadores não estão pescando. Então é quando não se tem canoa nos pontos, é a hora que a gente roda também. Ó não tem canoa no mar, a gente está liberado pra rodar lá. Não tem canoa na ilha, nós estamos liberados pra rodar na ilha, não tem canoa de hipótese nenhuma na Praia Grande, não tem vigia no morro, pode-se entrar na beira da praia pra rodar. Agora, quando tem, não entra. Respeita. Igual aconteceu comigo na Prainha. Na Prainha não tinha canoa, não tinha nada. Eu ia bem pra beira da praia, aí arriei o caíco, fomos lá pegamos a quentinha, pegamos a comida do pessoal, afastei o barco da beira da praia, não tinha um pescador de canoa, ninguém. As canoas tudo em cima, como assim, eu não quero pescar hoje, e aí eu estava no mar, eu entrei e cerquei. Eles acabaram o almoço deles, estavam em casa, quando chegaram e me viram cercado vieram pra cima de mim. Gritando, xingando, eu calma aí ô, não tinha ninguém na praia, não tinha vigia no morro, não. tinha uma canoa. Tem que pelo menos botar uma canoa dentro d'água. Se você botar uma canoa na água, pode ser um metro de água, todo mundo já é certo, tem canoa aí, não vamos cerca na beira da praia, mas se não tiver, ninguém vai saber, não tem como a gente saber, entendeu? Então...(...)

(...) se você tem um barco que seria da mesma categoria né, só que em pescas diferentes, a pesca artesanal e a pesca industrial. Um barco de 220 toneladas na pesca industrial e um barco de cinco toneladas na pesca artesanal. Como você pode fazer uma lei pros dois barcos? E a lei igual? Não existe. Então o quê que acontece? O pessoal do Sul do país, a pesca deles é sempre à frente. São os grandes empresários. São os grandes empresários. São os grandes empresários do país, que manda, que eles mandam dentro de Brasília. Então, o quê que acontece? Quando eles têm um estoque de sardinha, eles inventam o defeso. O defeso era dezembro, janeiro e fevereiro. Aí eles inventaram novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, agora eles inventaram agosto e setembro. A sardinha não está ovada. Simplesmente é pra queimar o estoque. Entendeu? Simplesmente pra queimar o estoque.

5.2 – Análise de alguns projetos, eventos e disputas em evidência no momento do trabalho de campo

a) Pescadores de “Canoas” x Pescadores de “Traineiras” - A colocação dos Recifes Artificiais na Praia Grande pela SEAP

(...) Então, eu vou chamar atenção pra vocês o seguinte: tem que se unir. A única forma de a gente avançar com o poder público é a gente se organizando. È estando em conjunto pra que a gente lá na frente venha a fazer de fato aquilo que realmente a gente precisa. Porque o que vem se fazendo são coisas emergenciais que não resolvem, mas há abertura do caminho pra gente chegar lá na frente e conseguir de fato a coisa. Porque eu, de dez anos que eu estou aqui, eu nunca vi, né, pro exemplo, o governo federal estar vendo aqui com a comunidade, aquilo que solicitou, está respondendo, está vindo agora. È demorado? É. Mas a questão é o seguinte: a porta está se abrindo.

(...) Se for a quatorze metros, quinze metros, vai ter uma questão muito grande porque se botar em quatorze, quinze metros, as traineiras de Cabo Frio que estão oficiadas pra trabalhar aqui e nós, pescadores de Arraial do Cabo, já não vamos passar mais a respeitar as canoas. Então é melhor que se veja uma metragem que não atrapalhe a canoa, a traineira, e que se ajude o pessoal de linha, do que se criar uma guerra depois.

“Sábado, previsão, Chico! Hein Chico! Sábado? Ele (vai estar presente aí no lançamento de vocês, nós vamos sair, a previsão, se o tempo estiver calmo aí, às dez horas

dependem desta pescaria

São 140 famílias que

(...) e vou mandar, e vou falar com todo mundo, ó, mata a sardinha mesmo, encosta no cais e descarrega escondido, e vamos pegar pegador e vamos jogar em cima da praia. Porque é o seguinte: eu acho isso aí uma falta de respeito. Aqui é todo mundo cidadão. O que eles fizeram é falta de respeito. Eles foram traía, eles foram traía (...)

b) Projeto Mosaico da Petrobras – a colônia de pescadores ganhando maior legitimidade

(...) Fui eu (), foi o Quinzinho (), foi o seu Manoel (), o Fernando , o seu Mane aqui foi, foi uns rapazes que estava lá na colônia, e o Adeir, tudo pescador, só que lá o pessoal de Arraial do Cabo não se ajuntou, esse negócio de várias associações, e não se ajuntam as associações. A colônia não se ajuntou com a gente. Entendeu? Então você não pode fazer um trabalho, há necessidade de todo mundo, o seu Manoel sabe um pouco da colônia, o outro sabe da reserva, o outro sabe um pouco da maricultura, o outro sabe um pouco das canoas, então, essa repartição aí repartiu o grupo, mas nós colocamos o que precisava pra Arraial do Cabo (...)

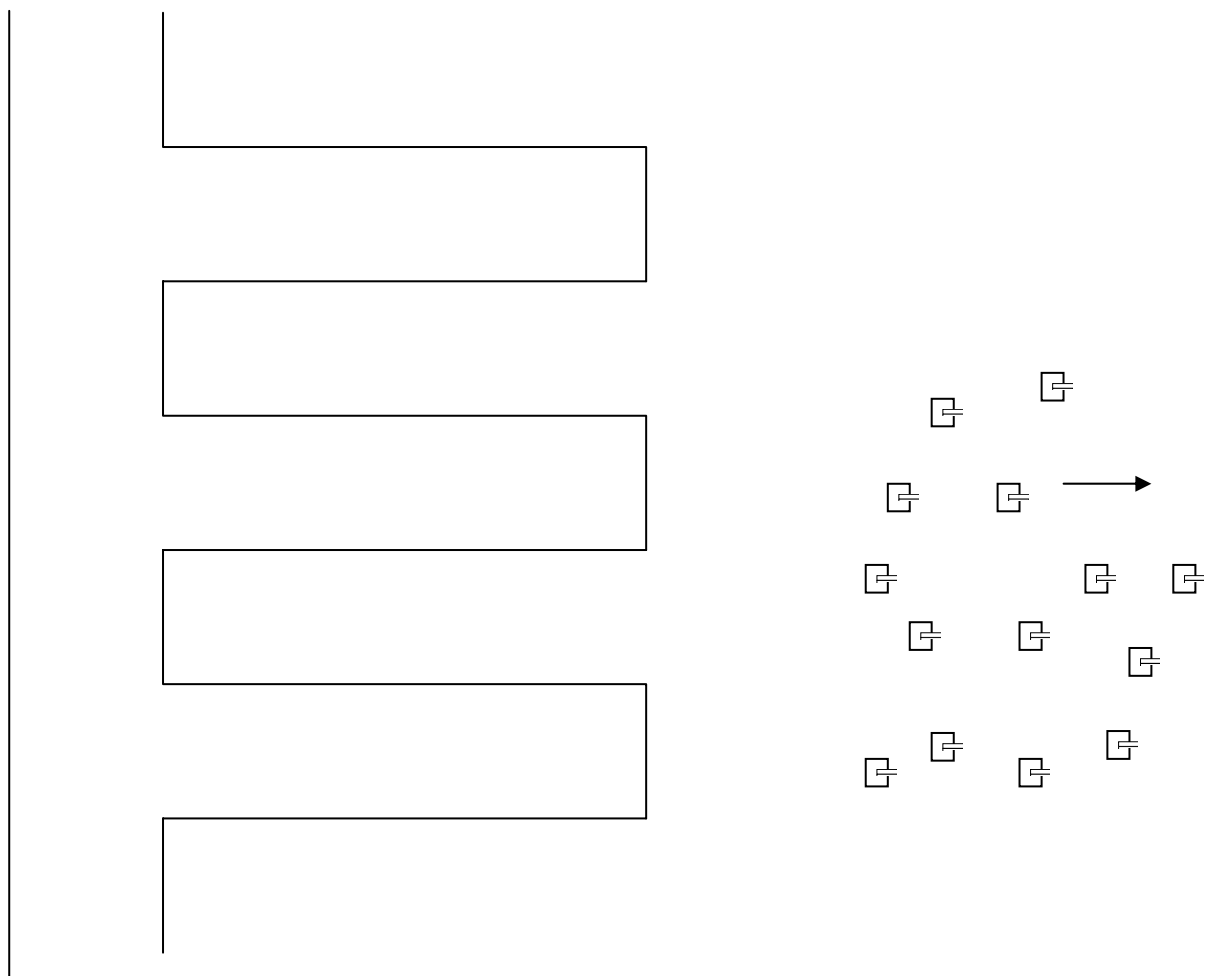
O projeto Mosaico já teve algum resultado pra nós, pelo menos, ela fez a prefeitura e a colônia ceder, fazer uma parceria entre colônia e prefeitura. Foi o projeto mosaico que entrou no circuito: queriam saber de quem era a Marina; quem estava administrando a área era prefeitura, mas quem tinha a documentação legal da Marina era a colônia, a prefeitura apresentou apenas o projeto. Na hora fizeram a proposta de meio a meio. Nós aceitamos a parceria, foi bom. O projeto Mosaico já deu esse passo (...).

(...) e o projeto MOSAICO só ajudaria se não tivesse nada em ação, nada em ação judicial, então se nós não fizéssemos, se não aceitássemos o cinquenta por cento, o que aconteceria? Eles iam brigar na justiça, então o projeto MOSAICO não entrava, não entraria, não ajudaria o pescador e a prefeitura ia pegar isso de volta, entendeu?

A Reunião – “A Marina é do Pescador”

piers,

ATUAL DIVISÃO DA MARINA DOS PESCADORES



Fonte: campo 2005

piers

pier

Há sete ou oito anos atrás já foi discutido isso com relação à criação da reserva extrativista. Que o turista pra embarcar ele tem que pagar uma taxa, de três reais e ser distribuído entre as entidades. Isso até foi discutido, e foi discutido profundamente com o IBAMA, com a comunidade, que o primeiro pier ficava liberado pra eles, e já pela situação que a senhora está colocando. Por quê? Como fica? Se você está usando uma marina junto com o turismo, quem é esculachado é o pescador, porque o pescador é porco, porque a rede do pescador atrapalha, entendeu? O cara, ontem mesmo você lá tinha cinco vans em cima de uma rede de pescador, entendeu? Então, é o seguinte: a gente não tem que se preocupar com o turismo, o turismo ele já vai ter um lugar pra ele, ele vai ter, agora, eu não estou falando de dentro da comunidade aquele que usa o turismo pra sobrevivência, eu estou falando dos grandes barcos, os grandes barcos eles têm que se adequar do jeito deles (...).

piers

pier

Liderança - “traineira” – *“Você não é pescador, você trabalha com turismo. Você não é pescador rapaz! Você trabalha em turismo!”*.

Liderança - “barqueiros tradicionais” – *“Eu sou pescador!”*

pier

pier

c) O novo contexto da chefia da Reserva – o início do processo de construção do Conselho Gestor

Em uma assembléia geral convocada pela AREMAC, por exemplo, na qual se discutiam as formas de uso de luz artificial na pesca da lula, procurei, na qualidade de representante do órgão governamental e leigo em pescaria de lula, evitar uma decisão unilateral e estimular a busca de soluções pactuadas para os conflitos colocados, intervindo apenas com perguntas que sondavam possibilidades para um acordo ou aloções de caráter técnico ou legal. Vale destacar aqui exemplos de algumas falas, umas sussurradas e outras explicitadas para o plenário, registradas em meu caderno de campo após um tempo de discussão de aproximadamente vinte minutos: 'Está na hora de bater o martelo (...) já teve discussão suficiente, daqui pra frente só vai continuar o mesmo bate-boca'... 'É o chefe do IBAMA que tem que dar a palavra final, cada um aqui já deu sua opinião, agora é o IBAMA que decide'

apud op. cit.)

(...) a importância é que a gente quer dar, quer dar diretrizes pra reserva. E, pelo menos no meu caso, a gente é de Alto de Figueira e a gente nunca somos ouvidos lá, e aí quando a gente sabe as coisas já aconteceu. Então é por isso que eu me candidatei, tá (...)

pier

5.3 Conclusão

CONCLUSÃO

Como identificado por Simmel (1964), o objeto da Sociologia é a análise dos processos sociais dinâmicos em interação, concebendo a sociedade como algo que está acontecendo e, logo, a constituição de ações coletivas como algo resultante das “formas sociais”, conceito que pressupõe relação, interação e dinamismo, como no caso dos conflitos e integrações analisados entre as organizações pesqueiras “artesaniais”.

Não podemos entender a atuação das organizações pesqueiras “artesaniais” dissociadas de suas interações dinâmicas e contextualizadas no tempo e espaço entre si e com os demais agentes constitutivo de seu campo de atuação. A própria formação das colônias de pescadores no Brasil reflete um histórico de lutas pelo controle estatal sobre o setor pesqueiro, marcadas por ações de cunho nacionalista, modernizador e assistencialista, que por sua vez estavam em consonância com outras esferas da vida social do País, como no caso das demandas militaristas em função das guerras, ou nacionalistas e modernizadoras dentro de um contexto ideológico maior.

Verificamos a inadequação de políticas públicas para o setor “artesanal”, em virtude da falta de conhecimento da pesca e dos pescadores por parte dos técnicos e instituições públicas, homogeneizando a categoria, ou pelo esforço do desenvolvimento capitalista do setor de forma intensiva e abrupta, que gerou diversos “efeitos perversos” sobre os pescadores “artesaniais”, ou mesmo pela “falta de vontade política”, dentro de um contexto de desvalorização desta profissão e do potencial do recurso pesqueiro como alimento para a economia do País.

Mas, por outro lado, como vimos, a própria “demarcação ideológica exterior” e desenvolvimento de políticas públicas por mais que inadequadas acabaram por reforçar a identidade de pescador enquanto trabalhador, como uma “classe”, reconhecido pelo Estado mesmo que de forma homogênea e por interesses exteriores. Uma “classe” que foi se configurando historicamente, demarcando diferenciações e regras de atuação na esfera de disputas para a conquista de “direitos”.

Vimos que uma das principais motivações no engajamento político das organizações pesqueiras foi a conquista de autonomia de suas representações, visto o histórico domínio por parte de

representantes dos poderes públicos, armadores, ou pessoas que exerciam poder local desassociadas à pesca. Por esta razão, juntamente com a intensificação da pesca industrial e o desenvolvimento turístico, que vêm ocasionando sérios danos aos recursos pesqueiros da costa - local da pescaria “artesanal” -, utiliza-se a categoria pescador “artesanal”, como uma categoria política de diferenciação para a garantia de acessos a direitos diferenciados e políticas públicas específicas voltada para problemas específicos. Uma das motivações das ações coletivas estudadas tem relação com a busca do reconhecimento do Estado de que os pescadores “artesanais” são sujeitos políticos, que defendem seus direitos enquanto tais, diferenciando-se dos empresários de pesca e pescadores “empregados”.

Analizamos também como a introdução da indústria do petróleo na Bacia de Campos, através das políticas públicas ambientais de licenciamento, ampliaram o escopo de atuação das lideranças das organizações, que passaram a acessar novos recursos para suas atuações políticas, acionando categorias próprias ao campo da “consultoria” técnica ambiental para a disputa pelo que está em jogo, que são as compensações e possibilidades de ganho de recursos financeiros de altos valores (royalties). Vimos que na interação provocada pelas audiências públicas e programas de comunicação foram utilizados os campos de possibilidades abertos, visto a constatação do processo de mudança nas percepções dos órgãos reguladores sobre a questão de “impactos e compensações ambientais”, como nos casos de maiores exigências de estudos e de desenvolvimento de programas de apoio à pesca.

Porém, na relação entre as organizações de pescadores que se classificam enquanto “artesanais” pôde-se perceber separação, conflito e cooperação inseridos em modos de comportamento socialmente definidos que se reafirmam e se constroem na ação, como pode ser verificado nos casos dos conflitos existentes entre as colônias e associações, e de cooperação entre estas, quando o que interessa em determinado contexto é defender a “classe” dos pescadores “artesanais”, como ocorre em ocasiões de disputas com a pesca industrial, ou com determinadas políticas consideradas inadequadas do IBAMA ou SEAP, bem como nas próprias reivindicações de direitos às compensações ambientais da indústria petrolífera.

Estas relações de conflito e integração, também são configuradas por diferentes interesses individuais e grupais relacionados aos interesses em questão, como nos casos das compensações

petrolíferas responsáveis por uma integração entre as organizações e do acesso ao seguro-defeso foco de conflito entre associações e colônias, por razões de *status* local. Assim como também a metas e ambições contemporâneas, como em novos contextos de criação de reserva em Arraial do Cabo, quanto advindos de relações mais tradicionais como a questão das disputas entre pescadores de “canoas” e de “traineiras” (tratando da legitimidade de quem é o pescador de fato), de longo tempo.

A utilização da categoria “classe” é reveladora no discurso das lideranças como uma referência a uma união que “deveria” existir entre os trabalhadores da pesca em oposição aos interesses “políticos” associados aos interesses individuais ou de grupos específicos de pescadores. Como vimos, algumas lideranças das colônias afirmam que a existência das associações enfraquece o movimento dos pescadores, por aquelas representarem interesses de grupos específicos e não da “classe” como um todo. Este discurso faz sentido na medida em que as associações surgiram dentro de um contexto contestatório ao funcionamento das colônias, e que aquelas têm ultimamente conquistado cada vez mais espaço, principalmente nas interações com o Estado.

As acusações de abusos de poder para conquista de interesses pessoais ou “políticos” são constitutivas do campo de disputas entre as organizações pesqueiras, sendo utilizadas tanto pelas lideranças de associações quanto das colônias e servem como um instrumento de deslegitimação do opositor. Localmente, a disputa entre os diferentes tipos de organização é fundamental para a reafirmação da posição de *status* das lideranças com os pescadores, pois o que está em jogo é o poder de fornecer o acesso exclusivo aos benefícios para os pescadores.

Portanto buscou-se uma análise das motivações das ações sociais, considerando tanto as orientações idealizadas socialmente do “como” devem ser as relações, imbuídas de sentido para a ação pensada, quanto aquelas “intuitivamente” revividas, aparentemente sem sentido ou não reconhecidas como motivos.

Com o estudo de caso em Arraial do Cabo podemos identificar a trajetória das atuais lideranças das organizações pesqueiras, como são pessoas que, mesmo fora deste campo de atuação, já exerciam posições elevadas na hierarquia existente na organização social dos pescadores do município, como “donos de pescaria”, “vigias” e “mestres”. Bem como vimos, a importância dos laços de vizinhança

e das relações pessoais como forma de manutenção de tais lideranças nos cargos e na motivação de suas ações, como no caso das mobilizações dos pescadores de “traineiras” e de “canoas” referente às defesas dos grupos de pescadores que estavam em disputas.

Vimos também como as múltiplas interações existentes com demais agentes sociais, como IBAMA, SEAP, Petrobrás, empresas de turismo, reconfiguram as estratégias de ação e as figuras de autoridade e os seus “territórios” de domínio e atuação, como no caso do presidente da colônia de pescadores que, com a interferência do Projeto Mosaico, têm conquistado maior respeito e legitimidade pelos diferentes grupos de pescadores. Também podemos exemplificar com o caso de interação que ocorreu com os representantes da SEAP, que acabou fortalecendo por meio de políticas públicas - colocação dos recifes artificiais - os pescadores de “canoas” em suas disputas com os de “traineiras”. Além disto, a colocação dos recifes artificiais, por consequência fortaleceu a principal liderança das “traineiras” entre seu grupo, visto seu forte embate neste momento “dramático”, onde estavam em discussão novas regras de disputas.

Sendo assim, percebe-se que as múltiplas possibilidades de ação em virtude de variadas situações de interesses, os processos conflituosos correspondentes a cisões e unificações de grupos e a constituição de espaços e linguagens específicas para o acesso a recursos necessários para a atuação política, são questões que conferem uma abertura de análise que é fundamental para a percepção do que está em jogo em determinado contexto datado, espacializado e escalonado com características próprias resultantes de múltiplas interações circunstanciais.

BIBLIOGRAFIA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)